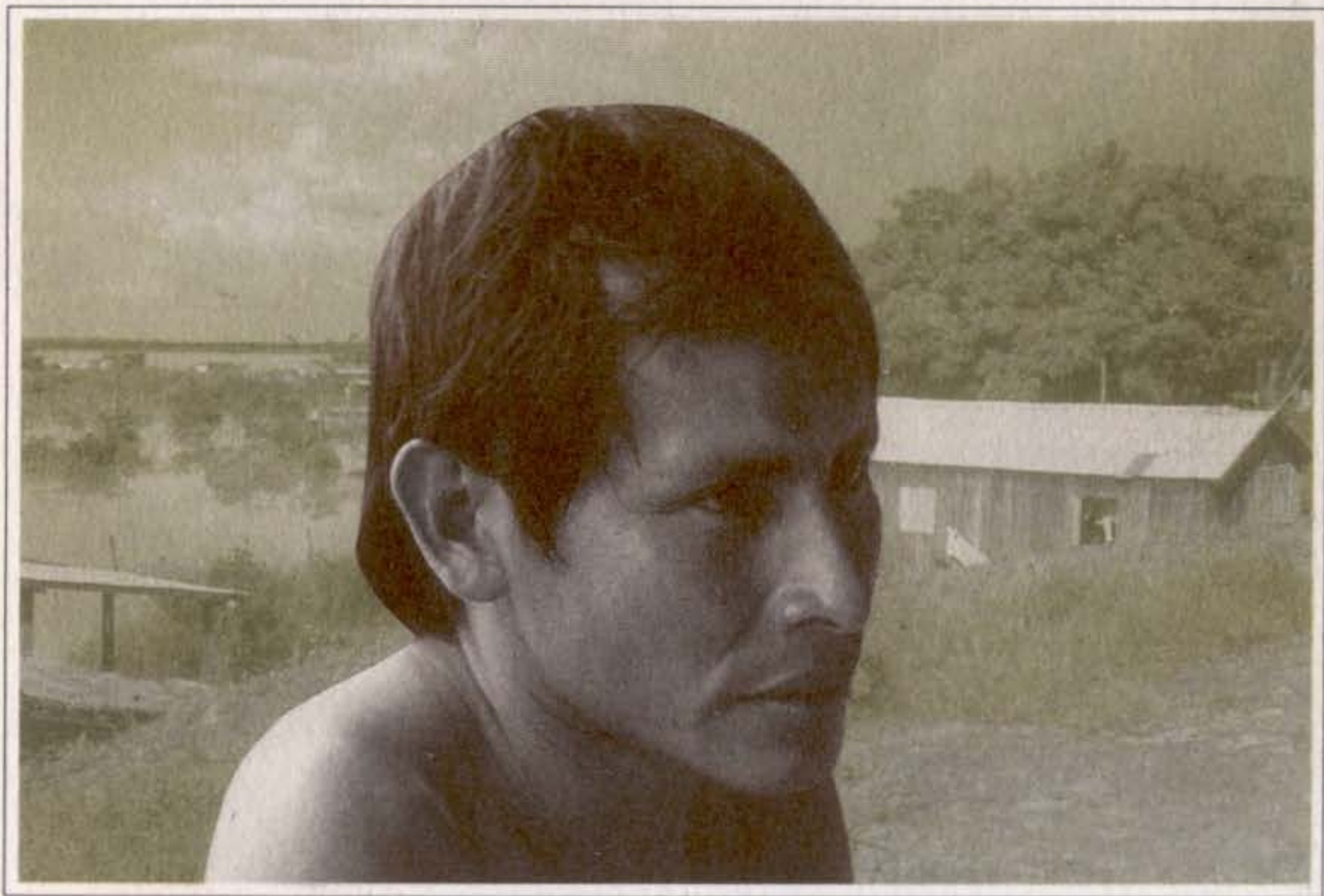


ACHADOS OU PERDIDOS?

A imigração indígena em Boa Vista



Patricia Ferri

ACHADOS OU PERDIDOS?

Achados ou perdidos?
A migração indígena em São Paulo

1970
MLA

1

Item	Quantity	Price	Total
Wheat	100	10	1000
Barley	50	5	250
Oats	20	2	40
Rye	10	1	10
Flour	5	20	100
Beer	10	10	100
Wine	5	20	100
Cheese	10	10	100
Butter	5	20	100
Eggs	100	1	100
Poultry	10	10	100
Game	5	20	100
Fish	10	10	100
Vegetables	10	10	100
Fruit	5	20	100
Spices	10	10	100
Drugs	5	20	100
Books	10	10	100
Tools	5	20	100
Clothing	10	10	100
Shoes	5	20	100
Carriage	1	100	100
House	1	100	100
Land	1	100	100
Stocks	1	100	100
Bonds	1	100	100
Money	1	100	100

This is a list of items and their prices. The items are listed in the first column, the quantity in the second, the price per unit in the third, and the total price in the fourth. The items include various types of food, clothing, and other goods. The prices are listed in pounds and shillings. The total price for each item is calculated by multiplying the quantity by the price per unit.

Patricia Ferri

Achados ou perdidos?

A imigração indígena em Boa Vista

Renato Nicolai

1990

MLAL

MLAL

Caixa Postal 1112

74001 — Goiânia — Goiás Tel.: (062) 241-4261

Assessoria antropológica

Emanuele Amodio

Revisão

Luís Eusebi e Benedito Prezia

Edição de Arte e Projeto Gráfico

Flávio Irala

Capa

Ana Isabela M. Irala e Patricia Ferri

Mapas

Alfer

1991

MLAL

Índice

Introdução.....	7
Boa Vista: lugar de imigração indígena	13
1. O território de Roraima	13
2. História da presença indígena em Boa Vista	20
3. Os bairros da imigração indígena em Boa Vista.....	27
A imigração indígena em Boa Vista.....	35
1. Os índios que moram em Boa Vista.....	35
2. Características dos entrevistados.....	36
<i>Origem étnica</i>	36
<i>Idade, sexo e tempo de permanência em Boa Vista</i>	40
<i>Composição da família</i>	43
<i>Escolaridade</i>	47
<i>Trabalho dos índios na cidade</i>	50
Características específicas da migração indígena para a cidade	59
1. Da maloca à cidade: causas e motivações da migração.....	59
2. Redes de parentesco na cidade e na maloca	67
3. A continuidade da cultura de origem na cidade	73
4. Perspectivas para os migrantes indígenas em Boa Vista	78
Anexo	93
Bibliografia.....	95

Índice

1907 - Colônia - 1907

Sumário

Introdução

1

Capítulo I

1

Capítulo II

1

1

1

1

1

1

1

1

1

1

1

1

1

1

1

1

1

1

1

1

Introdução

Boa Vista: capital do recém-criado estado de Roraima, no extremo norte do Brasil. Andando pelas ruas da cidade encontra-se um povo, como em toda parte, dedicando-se a várias atividades cotidianas: fazer compras, ir ao banco, vender produtos na rua, realizar todo tipo de negócios.

No rosto das pessoas, a origem e o lugar de proveniência. São nordestinos de diferentes estados, gaúchos loiros de olhos azuis, cariocas e paulistas. Mas a maioria das pessoas apresenta outras características: homens e mulheres de estatura baixa, pele morena, cabelos escuros e lisos, olhos que lembram traços orientais.

Ali, na cidade, são chamados com o nome impróprio e depreciativo de "caboclos". Na verdade são indígenas, pertencentes a diferentes povos que moram naquela região de Roraima chamada *lavrado*: Macuxi, Wapixana, Ingarikó, Taurepang.

Boa Vista apresenta uma porcentagem muito alta de índios, talvez a maior do Brasil. O fenômeno da migração indígena conheceu, no curso dos anos e do desenvolvimento da cidade, momentos de maior ou menor intensidade, num processo contínuo cujo início data do final do século passado. Todos os dias chegam indígenas à cidade, individualmente ou em grupos familiares.

O fluxo migratório conheceu até agora uma única direção — do interior para a cidade — e só raramente verificam-se casos de retorno ao interior. Por esse motivo, Boa Vista vem sendo definida como “a maior maloca de Roraima”.

O fenômeno da migração indígena não é conhecido pela maioria da população branca de Boa Vista e nem sequer pela pequena minoria que trabalha no setor social e cultural da cidade. As próprias organizações indígenas que reúnem as lideranças das malocas do interior e têm escritórios em Boa Vista desconhecem o problema. Consideram “perdidos” os parentes que moram na cidade, não mais incluídos entre os aliados nas lutas em favor dos direitos dos povos indígenas.

Para conhecer mais a fundo o problema da migração indígena, foi necessário descobrir as causas e as motivações que atraem os índios para a cidade, conhecer mais de perto a vida daqueles que atualmente ocupam os bairros periféricos de Boa Vista, conversar com eles, registrar suas preocupações, queixas, aspirações e histórias pessoais. Foi necessário, enfim, fazer uma pesquisa que focalizasse com mais detalhes a migração indígena para a cidade de Boa Vista.

Depois de contatar diretamente alguns indígenas desaldeados, elaborou-se uma ficha indicativa, que serviu como estímulo e guia nas entrevistas. A ficha foi dividida em duas partes. A primeira, mais geral, com dados sobre etnia, sexo, idade, tempo de permanência na cidade e profissão. A segunda, recolheu reflexões e observações pessoais sobre temas específicos, como a saída da maloca, as ligações de parentesco na cidade e no interior, a preservação da cultura e as perspectivas para o futuro (ver Anexo)

As entrevistas foram feitas geralmente nos fins de semana ou no final da tarde, depois do horário de trabalho, pois durante a semana só se encontravam em casa crianças ou moças que cuidavam delas. A maioria dos pais estava trabalhando fora ou procurando comida. Não foi usado gravador para não intimidar as pessoas e deixar acontecer uma conversa tranqüila, a mais informal possível. Normalmente eram explicados a finalidade e os pontos principais da pesquisa.

Foi utilizada a expressão *o senhor* ou *a senhora* para as pessoas acima dos 18 anos. Com os jovens usou-se o termo *você*. Na maioria das vezes quando perguntava: “O senhor nasceu onde?”

ou “Onde a senhora morou?”, eles respondiam: “Quem é o senhor? Eu?”. Alguns explicaram depois que nunca os brancos os haviam chamado de *senhor* ou *senhora*. Só eram tratados por *vo-cê*, *caboclo* ou outras expressões vulgares e racistas. Depois das entrevistas, anotavam-se os pontos principais da conversa e elaborava-se o perfil de cada entrevistado.

Para realizar as entrevistas foram escolhidos três bairros de Boa Vista. Os critérios de escolha foram a época da formação dos bairros e o número de famílias indígenas presentes. O *bairro São Vicente* é o mais antigo, um dos primeiros surgidos depois da expansão do núcleo inicial da cidade. Ali moram indígenas que têm muitos anos de permanência urbana, alguns com mais de vinte anos. O *bairro 13 de setembro* surgiu posteriormente e tem uma alta concentração de famílias indígenas. O último bairro escolhido foi o *Asa Branca*, que é um dos mais novos, ainda em fase de estruturação. É nesse bairro que se podem encontrar os recém-chegados, aqueles que estão iniciando uma nova vida na cidade.

O levantamento feito nesses três bairros tinha o objetivo de compreender as fases da evolução das condições de vida dos desaldeados, usando como critério o tempo de permanência na cidade. Além disso, é preciso frisar que existe uma contínua movimentação das famílias entre os bairros. Pessoas encontradas e entrevistadas em um bairro foram reencontradas, vários meses depois, em outro.

Foi nesses bairros que nos encontramos com os índios que moram em Boa Vista, conversamos e recolhemos suas idéias, pensamentos, aspirações, tanto em casa quanto na rua, no quintal ou no local de trabalho. Só nos detivemos com pessoas que tinham pai e mãe índios, deixando de lado os mestiços.

Em cada bairro foram entrevistados cinquenta índios, 25 homens e 25 mulheres. Achamos que o número total de 150 pessoas seria qualitativa e quantitativamente expressivo para conseguir um diagnóstico e oferecer um quadro bastante fiel e completo do mundo destes indígenas desaldeados. A divisão entre homens e mulheres revelava diferentes formas de pensamento e adaptação à vida da cidade. Para fazer uma análise mais próxima da realidade foi necessário também dividir os entrevistados por faixas etárias, pois era importante determinar as diferentes adaptações entre uma geração e outra. O panorama foi completado com a divisão étnica: o fato de pertencer a um povo, a uma etnia, marcava toda a entrevista.

Nenhum dos entrevistados recusou-se a falar. Ninguém nos xingou ou nos expulsou. Todo mundo respondeu com calma, com seu jeito próprio, cada um com sua personalidade e identidade.

A maioria gostou de falar sobre si mesmo, sua origem, sua vida e os problemas enfrentados na cidade. Alguém comentou que era a primeira vez que falava sobre esse assunto com um branco e estava feliz por isso. Os velhos demonstravam maior disponibilidade em falar sobre fatos ligados ao interior, à vida dos "parentes". Os jovens ficavam mais fechados, mais ausentes, mais constrangidos em tocar em questões pessoais.

Foi extremamente positivo o relacionamento e as conversas com as mulheres indígenas. Elas enfrentaram as entrevistas com mais sinceridade e não tiveram problemas em contar as próprias histórias e expor suas preocupações diárias. Ajudou muito nossa participação no Clube de Mães dos bairros São Vicente e Calungá, permitindo um entrosamento mais profundo com muitas mulheres.

Os homens ficavam mais calados e a maioria limitou-se a responder às perguntas com poucas palavras, às vezes só com um *sim* ou *não*. Isso aconteceu especialmente com os jovens. Os velhos gostavam mais de falar e contar fatos da vida e lembranças do passado.

Outra dificuldade encontrada durante a pesquisa foi a escolha do melhor momento para se conversar. Geralmente as mulheres ficam em casa nos dias de sábado e domingo lavando roupa, arrumando a casa e cuidando dos filhos. Os homens saem quase todos os dias para trabalhar. Só voltam à noite e nos finais de semana aproveitam para fazer compras, negócios, encontrar amigos, quando passam a noite toda bebendo cachaça e cerveja nos bares. No dia de "ressaca", geralmente o domingo, é quase impossível conversar com eles.

Outro problema se refere à dificuldade da maioria em responder às perguntas sobre o futuro e suas expectativas. Os entrevistados não sabiam o que responder. Ficavam estranhando a pergunta. *Futuro* é uma palavra que não entra no vocabulário deles. Ninguém pensa ou pode pensar no futuro. Os problemas do dia-a-dia são tão grandes que impedem uma visão mais ampla.

Apesar dessas dificuldades de caráter prático e cultural, a pesquisa foi completada em todas as suas partes. Elaboraram-se 150 fichas com os dados sobre as várias temáticas propostas aos índios.

As condições das entrevistas variavam, dependendo das pessoas e das condições encontradas. Chegamos a conversar até em canteiros de obras ou sentados à mesa de uma boate. Necessitávamos sempre de um certo tempo para criar um clima de confiança e em muitos casos foram necessários dois ou três encontros e visitas antes de aprofundar questões pessoais.

A pesquisa foi realizada com a ajuda de Cristina Falandão, índia Macuxi que trabalha como monitora numa creche popular do bairro no bairro de São Vicente. A presença de Cristina ajudou a criar um clima de confiança e amizade. Além disso, ela conhecia a maioria das famílias indígenas do bairro e deu muitas sugestões para o desenvolvimento do trabalho. No bairro Asa Branca fomos acompanhados por Júlia Macuxi, líder indígena da Associação dos Povos Indígenas de Roraima (Apir), que há alguns anos havia tentado um trabalho entre os índios da cidade. Por isso, Júlia tem bom relacionamento com os "parentes" que moram em Boa Vista e nos ajudou muito nos primeiros contatos.

Os dados foram recolhidos entre janeiro de 1988 e setembro de 1989. A redação foi feita nos meses seguintes, tendo sido concluída em maio de 1990.

Na elaboração dos dados procuramos levantar as tendências dominantes e, por isso, elaboramos tabelas e quadros estatísticos a partir das respostas dos indígenas. As categorias que compõem as tabelas foram elaboradas somente após o estudo das 150 entrevistas. Dessa maneira tentamos apresentar dados sobre o fenômeno migratório indígena na cidade de Boa Vista.

Este estudo poderá ser também uma base, um ponto de partida, para o fortalecimento da organização indígena da cidade e na cidade. Com esses dados, os indígenas poderão avaliar e examinar as situações comuns em que vivem dia-a-dia e ajudar no desenvolvimento de uma consciência indígena das pessoas que optaram por viver na cidade, mas que continuam mantendo uma identidade étnica.

As organizações indígenas do interior são também destinatárias dessa pesquisa. Assumir os problemas dos "parentes" que moram na cidade e criar com eles ligações e intercâmbios pode significar uma continuidade da resistência indígena em geral e aproximar novos aliados nas lutas atuais pelo reconhecimento de seus direitos.

Várias vezes ouvimos da boca de brancos que vivem em Roraima a frase: "Em Boa Vista não há mais índios. Nunca vi índios por aqui". A própria Funai não reconhece como índios as pessoas que deixam as malocas e emigram para a cidade e não lhes fornece nenhum tipo de apoio.

A pesquisa, nesse sentido, pretende ser um instrumento de sensibilização para a sociedade envolvente, que ignora, conscientemente ou não, a complexidade e a extensão deste problema.

Conhecer significa também comprometer-se.

Boa Vista: lugar de imigração indígena

1. O território de Roraima

As primeiras notícias oficiais da região do rio Branco, no Brasil, são de 1639, por ocasião da viagem de Pedro Teixeira, que deu o nome ao rio, quando foi fundada a Capitania de São José do Rio Negro, com a ocupação do médio Amazonas pelos portugueses. Espalhados no vale do rio Branco, encontravam-se vários povos indígenas.

Não só a penetração das “tropas de resgate”, que tinham a função de capturar os índios para serem escravizados, como também a invasão por parte de holandeses, ingleses e espanhóis e a implantação de missões e prelazias deram início a um processo irreversível de contato interétnico. Isso promoveu não apenas o deslocamento de alguns desses grupos para outras áreas, mas também o aliciamento, a dizimação e, finalmente, a tentativa de *civilizá-los*.

No final do século 18 foram introduzidos os primeiros rebanhos bovinos nos campos gerais do vale do rio Branco por Manoel Sá Gama Lobo d'Almada com a fundação das primeiras fazendas, com o objetivo explícito de assegurar os domínios territoriais e as fronteiras avançadas da então colônia portuguesa.

De maneira geral, até 1850, em todos os relatos de naturalistas, geólogos e aventureiros que visitaram o território, sempre se fazia alguma referência aos povos indígenas que ali viviam. A partir da segunda metade do século 19, percebe-se nos documentos, uma inversão de tendência. Os índios, até os arredios, começam a desaparecer nos documentos oficiais, ficando apenas estudos de poucos etnógrafos estrangeiros.

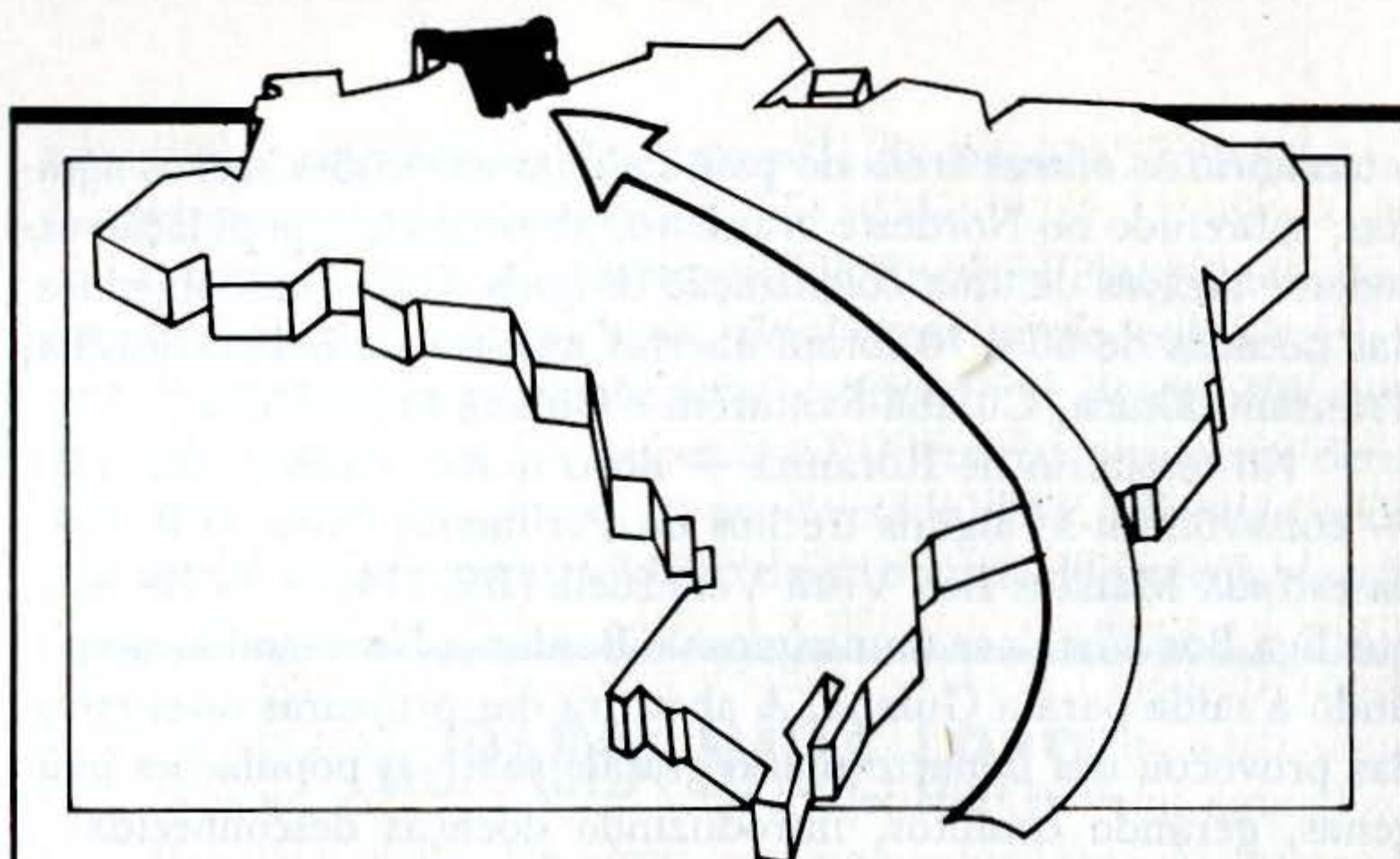
O que começou a ser fartamente documentado foram as informações sobre as fazendas e o gado, demonstrando o interesse prioritário para o aspecto econômico desta terra e a pouca importância dada aos primeiros habitantes da região. Para esses "brancos", uma terra sem gado era uma terra livre, não ocupada por ninguém. Conseqüentemente, as terras sem gado, ocupadas por indígenas, eram disponíveis, portanto livres.

O Território Federal do Rio Branco, antigo nome de Roraima, foi criado pelo decreto-lei nº 5.812 de 13 de setembro de 1943, desmembrado do estado do Amazonas. Geograficamente pode ser dividido em três sub-regiões: o Baixo e o Alto Rio Branco e a região montanhosa. A área do Baixo Rio Branco é caracterizada por terrenos geologicamente recentes e com densa cobertura florestal. No Alto Rio Branco a vegetação é de campos naturais, savanas e campinas, denominados localmente de *lavrado*. Apresenta-se como uma grande extensão de capim, entrecortada por buritis, com uma vegetação escassa e árvores de pequeno porte. Ali surgiram os conflitos entre as populações indígenas Macuxi, Wapixana, Ingarikó e Taurepang e as frentes econômicas da agropecuária. Esses conflitos continuam até hoje.

A área montanhosa ocupa uma estreita faixa do extremo norte, formando o *sistema Parima*. A área é coberta por florestas tropicais.

A ocupação branca deu-se principalmente na área do *lavrado*, onde surgiu o maior núcleo urbano do território: a cidade de Boa Vista. A inexistência de outras alternativas de locomoção que não fossem a fluvial dificultou a ocupação das áreas. No período da seca, chamado verão (de outubro a abril), só é possível navegar o rio com pequenas embarcações. Na época das chuvas (de maio a setembro), a navegação pode ser efetuada somente até a cidade de Caracaraí, distante mais de 100 km de Boa Vista.

Um grande impulso para a ocupação da Amazônia foi dado com a abertura de algumas estradas, cuja finalidade era *integrar*



Roraima

Capital — Boa Vista (77.132 habitantes — IBGE, 1990)

Área total — 230.104 km²

População — 135.956 (IBGE, 1990)

Limites

- Norte: República da Venezuela
- Sul: estado do Amazonas
- Leste: República Cooperativa da Guiana, estados do Pará e Amazonas
- Oeste: República da Venezuela e estado do Amazonas

Linhas extremas

- Longitude: Extremo Leste: 58° 58' 30'' E
Extremo Oeste: 64° 39' 30'' W
- Latitude: Extremo Norte: 5° 16' 19'' N
Extremo Sul: 1° 27' 00'' S

Fronteiras

- com a Venezuela: 958 km
- com a Guiana: 964 km
- total: 1.922 km

Hidrografia

- O principal rio é o rio Branco, afluente do rio Negro

o território às outras áreas do país e aliviar as tensões sociais agrárias, sobretudo no Nordeste brasileiro, absorvendo a população excedente através de uma *colonização dirigida*. Com esses objetivos, nas décadas de 60 e 70 foram abertas as estradas Belém-Brasília, Transamazônica, Cuiabá-Santarém e Cuiabá-Porto Velho.

No território de Roraima — novo nome, recebido em 1962 — construíram-se alguns trechos da Perimetral Norte (BR-210), da estrada Manaus-Boa Vista-Venezuela (BR-174), e da BR-401, que liga Boa Vista aos municípios de Bonfim e Normandia, permitindo a saída para a Guiana. A abertura das primeiras duas estradas provocou um impacto muito grande sobre as populações indígenas, gerando conflitos, introduzindo doenças desconhecidas e acelerando o processo de aculturação e de dizimação dos índios.

A construção das estradas criou condições para a implementação de novos setores da economia. Além da tradicional pecuária, implantou-se a indústria extrativista vegetal e mineral, e novos projetos de colonização agrícola na área sul de Roraima.

A partir de 1983, o Território Federal de Roraima ganhou uma nova divisão administrativa e política, passando a ter oito municípios. Não foi respeitada a divisão regional natural das áreas na criação desses municípios, que enfrentaram graves problemas por causa da falta de infra-estrutura e de uma política corrupta e clientelista. Em 47 anos de existência, o Território Federal de Roraima teve 29 governadores.

Uma alteração profunda ocorreu com o aumento da exploração das riquezas minerais. A *corrida do ouro* em Roraima explodiu nos últimos anos, quando milhares de brasileiros de outras regiões engrossaram as levadas de garimpeiros que deixavam Serra Pelada em busca de novas reservas minerais com a cumplicidade das forças políticas locais e federais. Não se criaram alternativas para os garimpeiros, de forma que o processo de invasão tornou-se irreversível.

A expansão do consumo em Roraima quebrou recordes: em dois anos a arrecadação da Receita Federal aumentou 2.000% em termos reais. Calcula-se que os garimpeiros extraíram da região cerca de duas toneladas de ouro por mês. Esses dados confirmam a influência do garimpo em todos os setores da vida econômica, social e política do território.

O genocídio do povo Yanomami, vítima por viver numa terra rica em ouro, cassiterita e urânio, é prova da cega sede de ga-

nância dos empresários do garimpo e da omissão e cumplicidade dos governantes roraimenses.

No final de 1990, o território de Roraima completará o processo de transição, tornando-se *oficialmente* estado, com a expectativa de novos espaços econômicos, políticos e de desenvolvimento. *Um estado pra valer* é o slogan atual. Além das promessas demagógicas dos políticos locais, o novo estado deve enfrentar graves problemas que vêm se arrastando desde o início de sua colonização.

RORAIMA NÃO É BRASIL

A maioria das pessoas que chegam em Roraima têm a impressão de que estão fora do Brasil. A sensação é a de estar desembarcando em outro país. Uma viagem ao exterior.

Terra de índios, Roraima sempre é confundida com Rondônia e ambas são consideradas nações estrangeiras com populações pobres e analfabetas que precisam ser colonizadas: é o neo-colonialismo. A maioria dos que aqui descem não vêm aprender nada. Eles querem apenas ensinar. Aqui não tem nada. O lance é colonizar.

Poucos pensam em aprender uma língua indígena, que é chamada de *gíria*. Poucos pensam em entender a cultura e modo de vida dos que vivem há anos aqui. Poucos experimentam o *tacacá* nem querem saber de *caxiri*. E quase todos temem o rio, as araias, a cobra grande.

É preciso mudar essa idéia. Descalçar essa bota colonizadora. Incluir Roraima no mapa do Brasil. É preciso que os neo-colonizadores saibam que aquilo que supostamente eles têm a ensinar, não interessa tanto. Não se adapta à realidade local. O clima aqui é outro.

Quem chega pensando que Roraima não é Brasil, está duplamente enganado: primeiro, errou a rota. A Venezuela é mais na frente.

E pisou na bola porque nunca tinha entrado em campo antes de aterrissar na terra de Makunaima.

Roraima não possui porteiças e há lugar pra todos. Muita gente boa chega, trabalha e vive feliz aprendendo as coisas novas da nova terra. Ou consideramos Roraima Brasil ou destruímos Roraima.

Todo o Brasil está em Roraima e é preciso que Roraima esteja no coração de todos os brasileiros e brasileiras que resolverem residir e aprender a viver nas belas terras da Amazônia Ocidental.

Ellekin Rufino - Folha de Boa Vista 07/05/90

Grande parte do território é habitada por povos indígenas. Pode-se identificar os indígenas de Roraima segundo a classificação lingüística: *Família Yanomami* — Yanomamó, Ninam, Sanumá, Yanomami; *Família Karib* — Macuxi, Taurepang, Arekuna, Ingarikó, Maiongong (Yekuana), Waimiri-Atroari, Wai-Wai; e *Família Aruak* — Wapixana.

O povo *Macuxi* vive atualmente nas áreas do lavrado e nas serras do noroeste da Guiana, que faz divisa com o Brasil. Provavelmente, antes da ocupação européia, os *Macuxi* viviam em um território mais ao norte do atual. Aos poucos foram se estabelecendo definitivamente na região do rio Branco. É a maior população indígena presente em Roraima, com aproximadamente 17 mil pessoas.

Os *Taurepang*, apesar de serem originários de uma região mais setentrional, ocupam no Brasil uma pequena área no alto rio Surumu, nos limites com a Venezuela. Vivem em três malocas nas regiões montanhosas próximas à fronteira: Boca da Mata, Sorocaima e Bananal. Na Venezuela, onde são conhecidos como *Pemon*, estão espalhados em uma área maior, que chega até às cabeceiras do rio Aponguaó, a nordeste, e à bacia do Caroni, a noroeste.

No extremo norte do território de Roraima, em uma pequena área atravessada pelo rio Cotingo e delimitada ao norte pelas serras limítrofes com a Venezuela e a Guiana, estão distribuídas, ao longo de rios e igarapés, as malocas dos *Ingarikó*. São exatamente treze malocas, somando cerca de setecentas pessoas. Eles têm contatos com outros povos da Venezuela e da Guiana, além de relações com os *Macuxi*. O território desse povo sofreu uma violenta redução em maio de 1989, quando o grupo interministerial do governo federal encaminhou uma proposta de demarcação de uma área de 90 mil ha, muito aquém da região ocupada tradicionalmente por eles e que deixa fora, inclusive, muitas malocas.

A região sudeste do lavrado vem sendo ocupada pelos *Wapixana*. Os dados históricos indicam que esse povo foi empurrado para essa região pelos *Macuxi*. Hoje não existe uma divisão rígida entre as áreas desses povos. Há malocas *Macuxi* e *Wapixana* numa mesma região e até mesmo malocas mistas. O povo *Wapixana*, reconhecido nos primeiros anos da invasão como o grupo indígena mais numeroso, reduziu-se muito ao longo do contato. Atualmente são aproximadamente 3,5 mil pessoas, divididas entre Brasil e Guiana.

Os *Maiongong* ou *Yekuana*, como são chamados na Venezuela, moram na área mais ao norte de Roraima. Existem ali apenas três malocas *Maiongong* com poucos contatos com os outros povos do lavrado, embora mantenham muitas relações com os *Sanumá* (*Yanomami*).

Os *Yanomami* moram numa faixa contínua de terra entre o extremo norte do Brasil e o sul da Venezuela. A tradição oral indígena e os documentos das primeiras expedições científicas mostram que a presença desses índios é muito anterior à definição das fronteiras nacionais. Os *Yanomami* sofreram uma primeira invasão branca com a construção da Perimetral Norte (BR-210). Essa estrada atravessou a área *Yanomami* nos anos 70, gerando conflitos e trazendo epidemias de sarampo, malária e gripe que resultaram na morte de centenas de índios. Nos últimos anos, cerca de 50 mil garimpeiros invadiram a floresta em busca de ouro, provocando mortes e doenças. Somente nos últimos três anos morreram mais de 1,5 mil *Yanomami*, segundo dados de uma equipe de médicos que estiveram na área em 1990. Um levantamento feito em 1986 pela própria Funai estimava a população *Yanomami* no Brasil em 9.910 indivíduos. Trata-se de um verdadeiro genocídio.

O grupo *Wai-Wai* teria emigrado da Guiana para o território brasileiro e tem sua localização na região sudeste de Roraima. As duas últimas aldeias *Wai-Wai* estão conhecendo a cobiça da mineradora *Paranapanema*, que quer explorar a área onde vivem. Os missionários da Missão Evangélica da Amazônia (*Meva*) estão pressionando os *Wai-Wai* a migrar para o vizinho estado do Pará.

Na área sul, já no estado do Amazonas, localizam-se as últimas malocas dos *Waimiri-Atroari*. Com a abertura da BR-174, a área indígena *Waimiri-Atroari* foi cortada ao meio. Dado o relativo isolamento desses índios, ocorreram graves conflitos. Segundo dados da Funai, em 1968 essa população indígena era de 3 mil indivíduos. Em 1983 restavam apenas 350 indígenas. Nos anos 80 iniciaram-se também os trabalhos da construção da hidrelétrica de Balbina, que devia abastecer Manaus e parte do estado do Amazonas. Foram inundados 2.340 km² da área dos *Waimiri-Atroari*, obrigando a retirada de um terço dessa população de suas aldeias. Os índios foram forçados a morar perto do lago artificial, que quebrou o equilíbrio natural da floresta, provocando surtos sistêmicos de doenças e desestruturação social e econômica. O absur-

do dessa tragédia está também no fracasso total da produção de energia. Por falta de água, a hidrelétrica não atende sequer 20% da demanda da cidade de Manaus.

Há anos que os povos que moram no lavrado estão se organizando contra a invasão branca, na base de antigos contatos interétnicos. Reunidos no Conselho Indígena de Roraima (CIR) e na Associação dos Povos Indígenas de Roraima (Apir), os índios lutam pela demarcação de suas terras e pelo respeito dos próprios direitos, procurando através da união, a força para enfrentar o novo invasor.

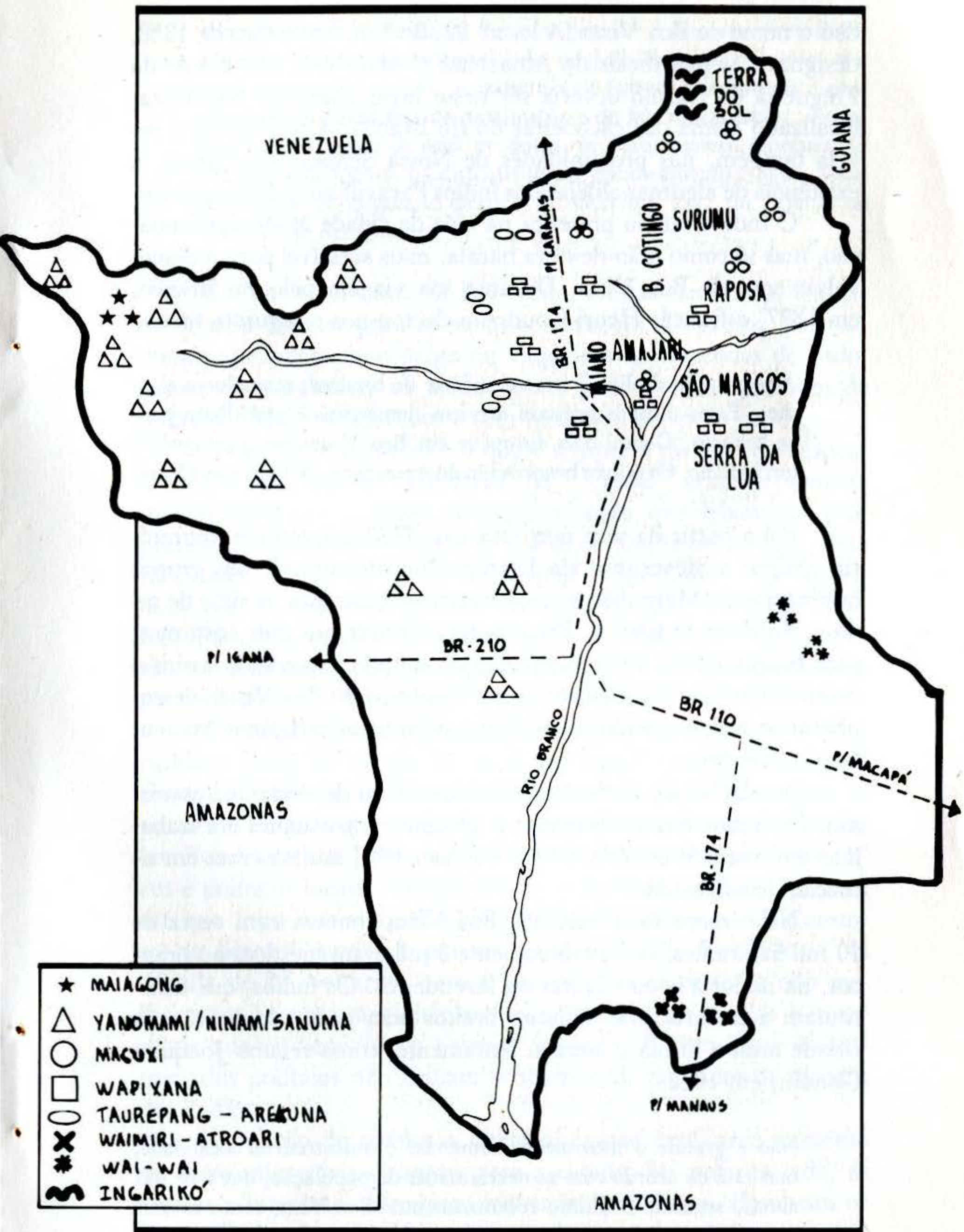
O pano de fundo da violência e exploração contra os povos indígenas de Roraima foi a presença dos militares. O território sempre teve tradição militar em razão de sua posição geopolítica, que abrange áreas de fronteira, representando uma região estratégica do Brasil. Nos últimos cinco anos a presença militar intensificou-se com a implantação do Projeto Calha Norte. O plano, elaborado sigilosamente em 1985 e divulgado só um ano depois, prevê a instalação de postos militares, quartéis, bases aéreas e a criação de colônias em uma faixa de 6,5 mil km de extensão e 150 km de largura, ao longo da fronteira norte do Brasil. O projeto tem como objetivo oficial a proteção das fronteiras e o controle do tráfico ilegal de drogas e armas. Na verdade, o Calha Norte criou condições logísticas visando a exploração econômica das fronteiras setentrionais do país, mesmo que isso signifique acabar com a maioria das populações indígenas da Amazônia.

2. História da presença indígena em Boa Vista

Poucos são os documentos históricos que descrevem a situação indígena das regiões do rio Branco. As notícias são espalhadas de maneira caótica em relatos de naturalistas, geólogos e aventureiros.

Examinando fontes diferentes, pode-se afirmar que Boa Vista surgiu nas proximidades do povoado de Nossa Senhora do Carmo, formado por indígenas "reduzidos", existente desde 1777. Para agrupar os índios da região os portugueses criaram ainda outros quatro povoados. O povoado de Nossa Senhora do Carmo foi o único que sobreviveu.

Em 1830, um oficial português do Forte de São Joaquim fundou uma fazenda de gado à margem direita do rio Branco e lhe



- ★ MAIAGONG
- △ YANOMAMI / NINAM / SANUMA
- MACUXI
- WAPIXANA
- ◌ TAUREPANG - AREKUNA
- ✕ WAIMIRI - ATROARI
- * WAI-WAI
- ☞ INGARIKÓ

deu o nome de Boa Vista. A lei nº 92, de 9 de novembro de 1858, designava as províncias do Amazonas e estabelecia que a sede da Freguesia do Carmo deveria ser nesse lugar chamado Boa Vista, localizado acima das cachoeiras do rio Branco. A tradição oral revela também, nas proximidades de Nossa Senhora do Carmo, a existência de algumas aldeias dos índios Paravilhanas, hoje extintos.

O índio marcou presença na vida da cidade desde sua fundação, mas só como mão-de-obra barata, mais acessível para o desenvolvimento de Boa Vista. Durante sua viagem pelo rio Branco, em 1887, o francês Henri Coudreau deixou-nos o seguinte relato:

A população de Boa Vista compõe-se de brancos, mamelucos e índios. Esses últimos prestam serviços domésticos e trabalham para os brancos. Contei dois europeus em Boa Vista: um português e um italiano. Os outros brancos são do Amazonas, do Pará e do Ceará.

Foi a partir da seca nordestina de 1877 que o fluxo migratório chegou a alcançar o rio Branco. Inicialmente vieram grupos originários do Maranhão e, sucessivamente, famílias inteiras de todo o Nordeste brasileiro. Essas pessoas trouxeram seus costumes, suas histórias, sua visão particular do mundo, marcando assim o desenvolvimento econômico, social e político de Boa Vista, desconhecendo e desrespeitando também as culturas indígenas existentes no território.

A relação dos índios com os brancos foi de evidente submissão. Os índios foram obrigados a aprender o português e a trabalhar em troca de comida, roupa e ferramenta, muitas vezes em situação de escravidão.

No começo do século 20, Boa Vista contava com cerca de 10 mil habitantes, dos quais somente 3 mil eram mestiços ou brancos, na maioria comerciantes ou fazendeiros. Os índios, que constituíam a maioria, não tinham direitos nem poder de decisão. A cidade tomou forma e cresceu lentamente, como relatou Joaquim Gondin, em 1922:

Não é grande o movimento comercial e industrial da localidade, mas está de acordo com as necessidades da população, que é de 621 almas, segundo o último recenseamento. Boa Vista conta catorze mercearias, um botequim, uma farmácia, duas oficinas de ferreiro,

uma carpintaria e funilaria, uma barbearia e o importante estabelecimento "Canto da Fortuna", do sr. João Secundino Lopes, que explora, conjuntamente, o comércio de fazendas, miudezas e estivas, além da indústria de panificação e de fabrico do sabão, servindo-se, no preparo de seus produtos, de maquinismos especiais. O seu estabelecimento, o único que possui bombeamento d'água, achase provido de instalação elétrica. (J. Gondim, 1922, in *Boletim da Diocese de Roraima*, n.º 6)

Com o crescimento de Boa Vista, crescia também a demanda de mão-de-obra para as novas construções. Os índios, normalmente utilizados como peões ou vaqueiros nas fazendas de gado, passaram a trabalhar na cidade como pedreiros ou ajudantes de pedreiro. Mal remunerados e sem nenhuma proteção jurídica.

A sorte das mulheres era quase sempre a mesma: domésticas nas casas das famílias mais ricas. As "criadas" eram geralmente mocinhas indígenas, pouco mais que crianças, que deixavam a própria família para serem adotadas por uma família branca que vivia na cidade. Era muito melhor criar uma "indiazinha", que aprendesse logo os usos e os costumes dos brancos, que "amansar" mulheres adultas, muito mais resistentes às mudanças. A violência física e o anulamento da personalidade e da cultura indígena faziam parte do sistema "educativo" dessas "boas famílias".

A presença missionária, que começou no território de Roraima a partir do século 18, teve um papel importante no processo de "civilização" e conseqüente urbanização dos índios, a partir do começo deste século. Os padres beneditinos chegaram em Boa Vista em 1910, em meio a uma disputa entre fazendeiros e políticos locais, criando um novo pólo de conflito. Tiveram até que fugir aos ataques e ameaças dos políticos e refugiaram-se na Serra Grande, a poucos quilômetros de Boa Vista. Na década de 20, voltaram para a cidade, mas as relações não melhoraram e os ataques dirigiam-se, sobretudo, às escolas e internatos que os beneditinos haviam fundado. É óbvio que os ataques dos políticos não tinham o objetivo de defender os direitos dos índios.

A criação de escolas e internatos pode explicar o aumento do fluxo migratório indígena para a cidade. Se, por um lado, as escolas e internatos ofereciam instrução, por outro, afastavam os jovens índios da vida das malocas e de sua cultura. As regras so-

ciais de tipo "ocidental" lhes eram impostas no internato e poucos voltavam novamente para suas malocas.

A maioria ficava na cidade, trabalhando para os brancos. Em muitos casos, aqueles que voltaram para as aldeias acabaram induzindo os parentes a sair. Funcionaram como agentes negativos de transformação da cultura indígena.

Os missionários da Consolata, que substituíram os beneditinos na atividade missionária a partir de 1948, continuaram na cidade a atividade educativa, mantendo até há poucos anos atrás escolas e internatos, estimulando também a vinda dos jovens para Boa Vista.

De acordo com os dados do IBGE, no período de 1920 a 1950 houve um aumento populacional de Boa Vista de 80% aproximadamente, a partir da criação do Território Federal do Rio Branco. Pode-se atribuir esse aumento ao declínio da extração da borracha na Amazônia e à instalação administrativa do território.

A atividade extrativista trouxe para a Amazônia, na época do apogeu da borracha (1910-1913), um grande contingente migratório, sobretudo de nordestinos. Contudo, a queda dessa atividade acarretou o desemprego em larga escala, não apenas dos migrantes como também das populações regionais, que se deslocaram para outras áreas urbanas ou partiram em busca de uma nova atividade econômica. O rio Branco foi uma das áreas de atração dessas populações, devido às suas reservas minerais e à expansão da atividade agropecuária. Se, de um lado, a situação de extrema pobreza na qual se encontravam esses últimos migrantes os aproximava dos índios — parte mais pobre da população de Boa Vista —, de outro lado, tornaram-se seus rivais na disputa dos poucos trabalhos manuais existentes.

Nos bairros da cidade, índios e nordestinos aprenderam a conviver com a mesma situação de exploração. Mas qualquer homem branco, mesmo o mais pobre e analfabeto, tinha sempre uma vantagem se comparado ao índio: era branco, "civilizado". Muitos migrantes nordestinos, que chegaram pobres em Boa Vista, conseguiram, com o tempo, os melhores lugares na sociedade local. "O índio não teve vez", como comentam hoje os principais líderes Macuxi.

Apesar da exploração no trabalho e das precárias condições de vida nesses últimos vinte anos, verificou-se um forte fluxo migratório indígena para a cidade, proveniente das malocas do interior.

É necessário observar que, no caso das áreas Wapixana da serra da Lua e de Taiano, a cidade fica a menos de 100 km, com estradas e trilhas que atravessam toda a extensão dessas duas regiões. Isso significa ter atualmente mais possibilidades de transporte, tanto nos carros dos fazendeiros como nos ônibus que ligam Boa Vista a Taiano e Bonfim. Além disso, em função dessa facilidade de acesso, muitos Wapixana possuem bicicletas, o que permite, em poucas horas, alcançar Boa Vista.

Essa situação facilita a transferência de muitos Wapixana para a cidade, onde bairros inteiros são formados por gerações sucessivas de índios destribalizados. O fato favoreceu também um outro fenômeno: a possibilidade dos Wapixana terem, mesmo continuando a morar nas malocas, uma base de apoio nas casas dos "parentes" que vivem na cidade. Na maioria das vezes esse processo acaba inevitavelmente com a decisão de se fixar definitivamente em Boa Vista.

Mais complexa é a situação nas malocas dos Macuxi que moram mais longe da cidade e que sofreram menos as "tentações" de Boa Vista. Brigas com os fazendeiros pela posse da terra, graves problemas de saúde, pobreza extrema, perda de identidade étnica e outras motivações foram a causa da migração.

A cidade oferece aos jovens uma possibilidade de trabalho que, além de resolver os problemas econômicos, é uma solução para superar desentendimentos com os pais, antigamente resolvidos dentro das regras rituais da tradição indígena.

A cidade oferece também novos modelos de vida, de perspectiva e os atrai com a promessa de uma vida melhor. Mas os trabalhos que os jovens encontram na cidade, nas serrarias, na construção civil ou no comércio, são mal-remunerados e, na maioria dos casos, não respeitam as leis trabalhistas.

Para as moças a situação é ainda pior. Continua a tradição de empregar índias como domésticas em famílias ricas, muitas vezes através do engano. As senhoras brancas "pedem" as meninas a seus pais para ajudá-las nos trabalhos de casa e para cuidar das crianças, oferecendo em troca uma formação melhor, instrução e condição de vida mais atraentes. Mesmo quando os

pais recusam, muitas moças são envolvidas por esse tipo de proposta e, na primeira oportunidade, saem da aldeia, certas de poder encontrar um emprego. A grande maioria, porém, acaba sendo explorada pelas famílias da cidade, trabalhando doze horas por dia e não tendo nenhuma possibilidade de estudar ou de aprender alguma profissão. É muito freqüente a entrada no mundo da prostituição.

O crescimento de Boa Vista foi extremamente rápido e acelerado nesses últimos dez anos. Os novos bairros periféricos surgiram sem respeitar qualquer planejamento e sem infraestrutura para conter a nova onda de migração (mais uma vez de nordestinos) dos anos 80 e a invasão de dezenas de milhares de garimpeiros, que se estabeleceram em Roraima nos últimos três anos. A população, em dez anos, passou de 35 mil para 120 mil habitantes.

Os índios da cidade sofreram diretamente esse processo de inchamento. A falta de emprego e as condições humilhantes de certas atividades manuais levaram muitos indígenas a se deslocarem para o garimpo, induzidos também pelos próprios garimpeiros, que costumavam contar histórias fantásticas e ganhos incríveis e fáceis. Na realidade ninguém — pelo menos entre os índios — ficou rico e, na maioria dos casos, as pessoas voltaram doentes, com pouquíssimo ouro, ou não voltaram mais.

Com o começo da “corrida do ouro”, o custo de vida em Boa Vista passou a ser um dos mais altos do Brasil. Os produtos da cesta básica subiram para níveis insuportáveis para quem tinha uma renda baixa. As famílias indígenas da cidade reduziram drasticamente seus gastos, sobretudo na alimentação. Muitas crianças indígenas na cidade são hospitalizadas por desnutrição. O clima geral de violência, corrupção, aventura, impunidade “poluiu” a cidade e os bairros periféricos, onde se encontra a maioria das famílias indígenas.

A entrada dos garimpeiros alterou mais ainda a frágil resistência cultural dos índios da cidade, que sofreram inclusive a explosão da violência e da criminalidade. Na época da máxima expansão da atividade garimpeira, Boa Vista chegou a índices assustadores de assassinatos (setecentos homicídios só no ano de 1989, segundo dados do Instituto Médico Legal de Boa Vista), números proporcionalmente parecidos com aqueles das grandes capitais do centro-sul do país.

3. Os bairros da imigração indígena em Boa Vista

A cidade de Boa Vista não é uma aldeia, como se poderia imaginar, mas tem um plano piloto com os problemas e as vantagens de uma cidade planejada como Brasília. (Veja, 17/01/90)

Essa afirmação é bem o reflexo da carência de informações e da falsa imagem que o Brasil tem de Roraima. Por outro lado, indica a presença de problemas existentes na área urbana de Boa Vista. Problemas que parecem ser totalmente ignorados pela administração local. Atrás de uma zona central, moderna e desenvolvida, Boa Vista possui um número considerável de bairros que surgiram em épocas diferentes com a expansão da cidade. Se nos bairros de formação antiga foi conservado um certo planejamento, os mais recentes surgiram sem nenhuma infra-estrutura básica.

Analisaremos agora mais de perto a formação e a situação atual dos três bairros estudados na pesquisa: São Vicente, 13 de Setembro e Asa Branca.

São Vicente é um dos bairros mais antigos da cidade. Criado na época do governador Valois (1946-47), surge nas proximidades do centro da cidade. Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o bairro tem atualmente 1,3 mil residências e um total de 6,5 mil moradores aproximadamente.

No bairro São Vicente encontra-se um núcleo de famílias indígenas com tradição de vinte a trinta anos de vida urbana. Esse é o relato de uma mulher Macuxi com mais de 60 anos.

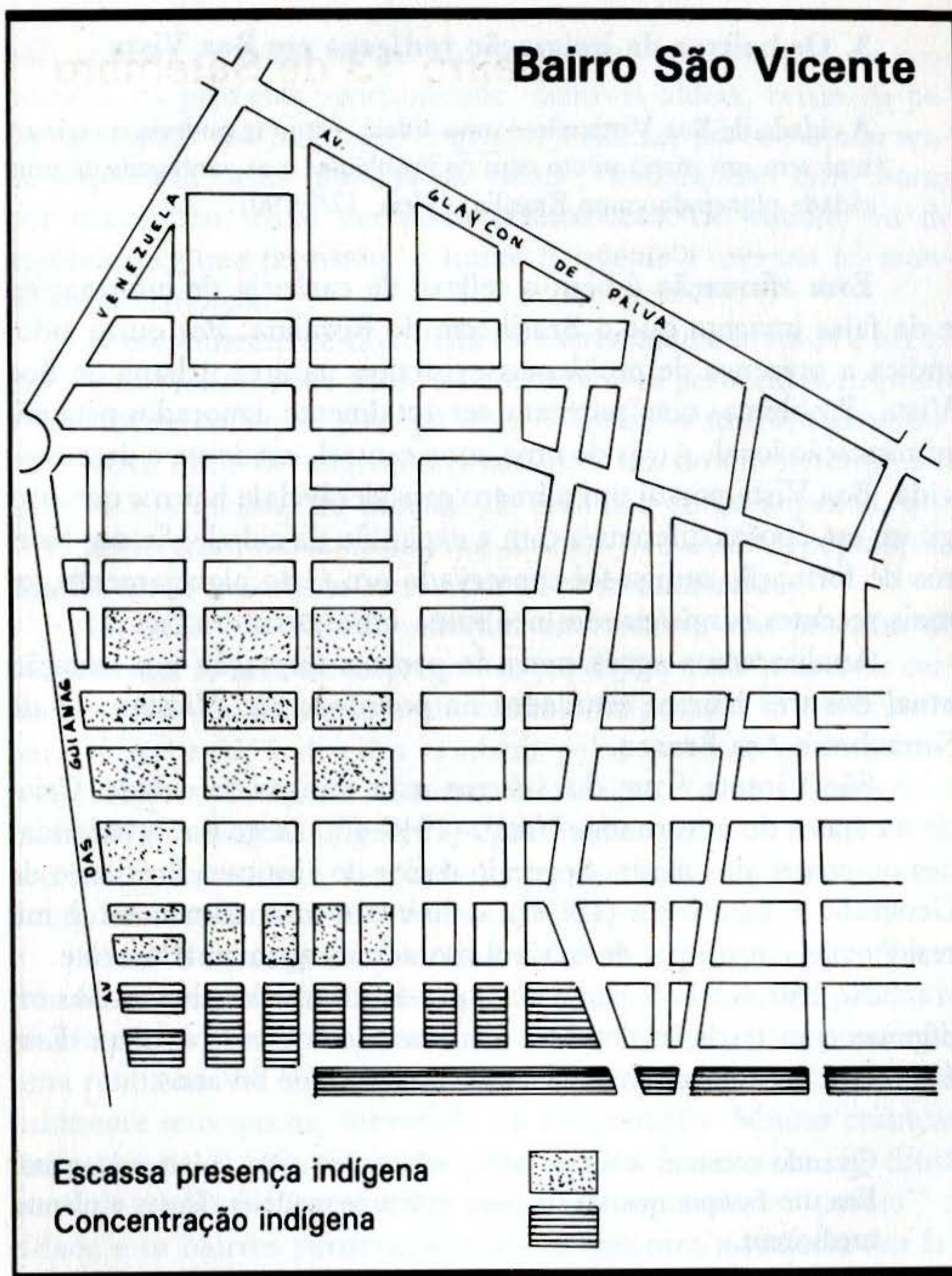
Quando comecei a morar aqui, não tinha nada. Só crescia mato. Era um bosque que servia para procurar madeira, frutas e plantas medicinais.

O bairro cresceu em etapas sucessivas, com as diversas migrações indígenas e de nordestinos.

O bairro 13 de Setembro surgiu há vinte anos atrás e passou a fazer parte dos bairros periféricos.

Com a minha família viemos nesse bairro, que em 72 era só capim e mato. Construí essa barraquinha nesse pedaço de terra, que agora é meu.

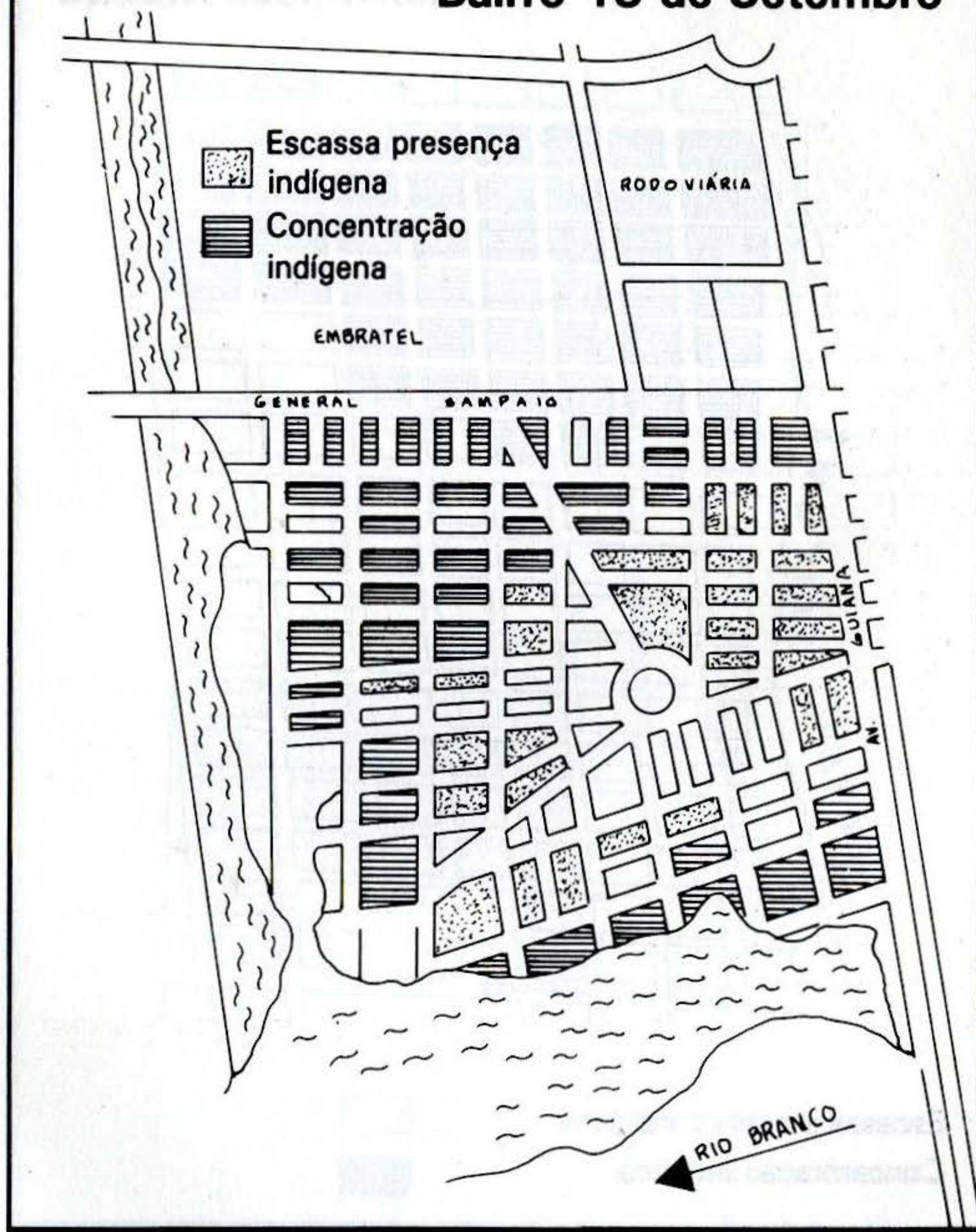
Bairro São Vicente



Assim o velho Macuxi, de 63 anos, conta o nascimento do 13 de Setembro, que agora está com graves problemas de superpopulação, com mais de 13 mil moradores. As ruas do bairro são cheias de buracos e pouco iluminadas. Os esgotos estão a céu aberto e não há condições mínimas de higiene e saúde.

O bairro Asa Branca foi criado em 1980, sem qualquer infraestrutura, em razão de uma política paternalista que queria doar

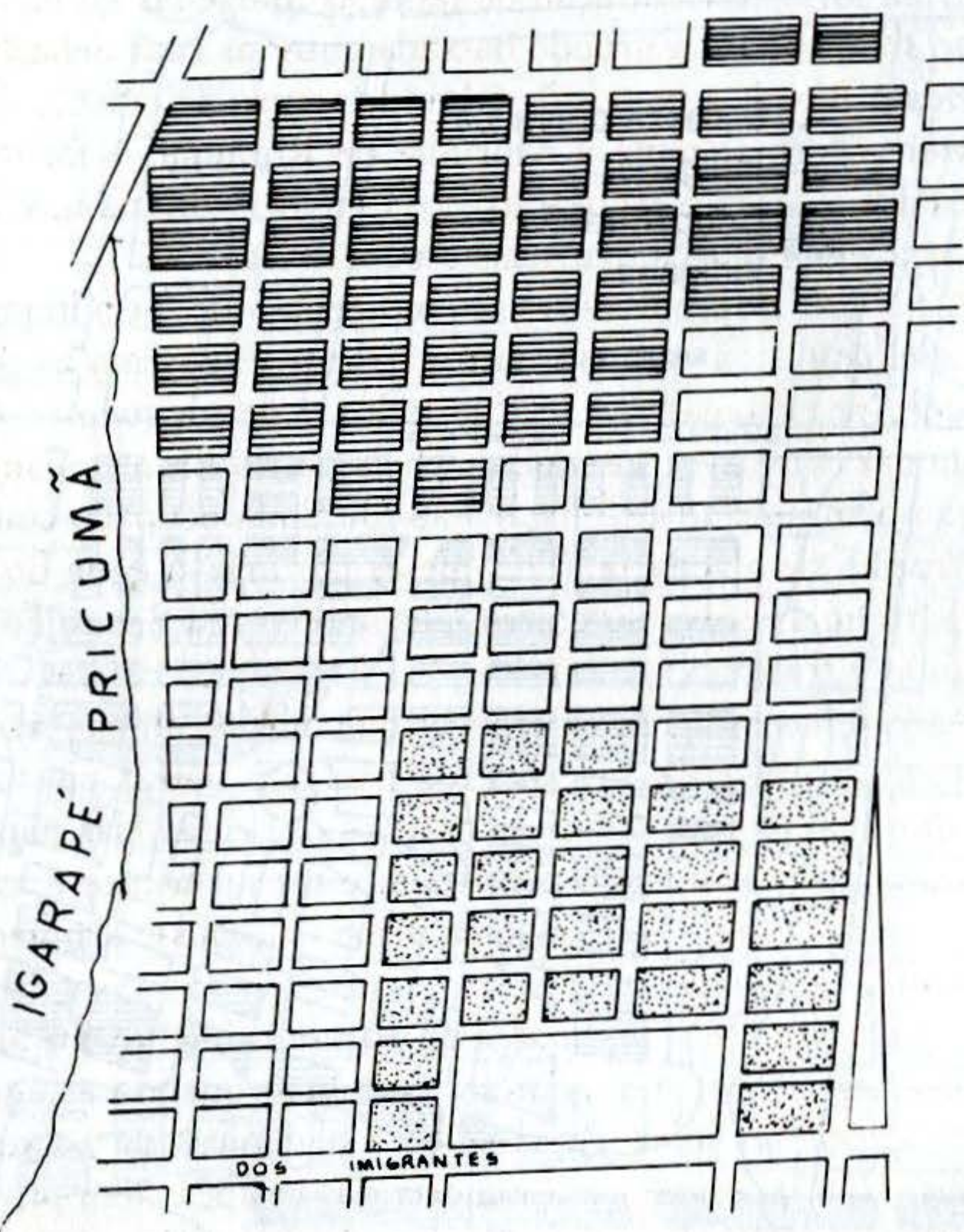
Bairro 13 de Setembro



lotes urbanos aos migrantes sem-terra, procedentes de outros projetos de colonização na Amazônia.

Dados do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) indicam que a maioria dos migrantes dirigiu-se para as colônias do sul de Roraima. O bairro Asa Branca passou, então, a ser um refúgio para quem chegou na cidade nesses últimos dez anos.

Bairro Asa Branca



Escassa presença indígena



Concentração indígena



Durante a pesquisa percebemos que existe uma certa uniformidade na composição dos moradores indígenas em relação ao tempo de permanência na cidade. Isso pode ser explicado pelo costume dos índios de oferecer hospitalidade, até por vários anos, aos parentes da própria família que vêm à cidade, e pela grande mobilidade entre um bairro e outro, constatada continuamente no desenvolvimento da pesquisa. A extrema precariedade de vida na

qual vivem os índios da cidade não lhes permite fixar-se em um único lugar.

Uma forte concentração de famílias indígenas no bairro São Vicente situa-se numa grande baixada entre as ruas Sebastião Diniz e Bento Brasil, a menos de 1 km do centro da cidade. O terreno pertence formalmente à Marinha de Roraima, e foi ocupado por dezenas e dezenas de barracos construídos com tábuas, cartões de embalagem e outros materiais recuperados.

A maioria dos moradores são indígenas que, pela impossibilidade de alugar uma casa em outros bairros, ergueram as próprias habitações nesse lugar que é "de todos e de ninguém". Com a chegada das chuvas e conseqüente cheia do rio Branco, compreende-se também porque esse lugar não foi ainda ocupado com casas e construções de alvenaria. Três meses por ano, a água do rio sobe na parte mais baixa do bairro, alagando a rua Sebastião Diniz, impedindo o trânsito.

As famílias indígenas e brancas que moram ali não se deixam impressionar pela enchente, porque não têm outras alternativas. Enquanto a água não atingir as paredes das casas elas não saem. Em muitos casos os homens constróem pisos superiores e usam canoas para a comunicação com terra firme. Tudo isso acontece quase no centro da cidade.

Aqueles que têm familiares ou parentes que vivem fora dali se transferem até por vários meses, voltando quando as águas retornam ao próprio leito. As condições higiênicas da baixada são péssimas. Não há esgotos e a maioria das crianças tem problemas intestinais pela falta de higiene. A água parada forma lagoas, verdadeiros focos de mosquitos. Já foram verificados vários casos de malária.

Em 1988, um acidente chamou a atenção das autoridades: um menino índio caiu na água e morreu afogado. Depois desse caso, a prefeitura ofereceu lotes no bairro Asa Branca para estimular a saída do local.

Além da baixada, todo o bairro São Vicente está com muitos problemas. As ruas não são pavimentadas, não existe rede de esgoto e os moradores estão convivendo com o constante racionamento de água e luz.

O 13 de Setembro também sofre diariamente com a falta de água e luz. É suficiente um dia de chuva para que as ruas fiquem

Viver no Asa Branca está virando um drama

Um dos bairros mais pobres de Boa Vista, o Asa Branca, criado em 1980, sem qualquer infraestrutura, hoje sofre pela irresponsabilidade das autoridades que criaram um bairro em condições de habitação precárias.

A mesma vala que tanto incomoda dona Nonata, também atinge os moradores da rua José Aleixo. A dona de casa Valdirene Rodrigues Souza diz que a tal vala é "um verdadeiro problema para os moradores, principalmente"

impraticáveis, com enormes poças de águas e lama até os joelhos. A iluminação pública é deficiente e, na onda de violência provocada pelo garimpo, os moradores estão em contínuo risco de vida.

O bairro Asa Branca parece juntar todos os problemas. Ainda hoje sofre pela irresponsabilidade daqueles que o criaram sem qualquer condição de moradia. O Asa, como é chamado, é carente de redes de água, luz, telefone e até mesmo de postos médicos.

Um artigo da *Crítica de Roraima*, do dia 26 de novembro de 1989, transcrevia depoimentos de moradores locais:

Entre todos, o Asa Branca é o bairro que demonstra mais problemas, desde a falta de segurança pública até deficiências na infraestrutura básica, como a rede de esgotos sanitários, problemas na coleta do lixo e a falta de transportes coletivos.

Na mesma matéria, uma moradora explicava:

O bairro não tem a mínima condição de vida. Falta água diariamente, a luz é uma graça divina e a coleta do lixo é inexistente. Além disso uma vala corta parte do bairro, criando um dos piores focos de contaminação. Vivemos no meio do lixo, como urubus.

Em todos os três bairros os postos de saúde são insuficientes pela escassez de médicos e equipamentos. Além disso, os profissionais de saúde não podem operar por falta de água e luz. Igualmente

péssimas são as condições da rede escolar, do transporte público e do abastecimento alimentar. Morar nesses bairros é questão de pura sobrevivência.

Os bairros não têm estruturas para ajudar os moradores a desenvolverem uma boa vida social. Uma tentativa de aglutinação vem sendo feita pelas igrejas presentes nos bairros, tanto nas comunidades como nos locais destinados aos cultos.

A Igreja Católica tem atividades no campo da pastoral, nos Clubes de Mães, na assistência aos doentes e pessoas necessitadas. A Igreja Batista, a Assembléia de Deus, a Igreja do Evangelho Quadrangular, a Igreja Universal do Reino de Deus, a Igreja Pentecostal e as Testemunhas de Jeová concentram a própria atividade nos cultos e nas rezas comunitárias, desligadas de qualquer preocupação social.

Contudo, a religiosidade própria dos índios não se manifesta somente nas igrejas. Existe todo um mundo submerso que não é conhecido pela sociedade dos brancos, feito de rezas comunitárias e individuais nas diversas línguas indígenas — usadas para o tratamento dos doentes — e nas pajelanças noturnas. Este mundo espiritual não exclui o outro e ambos podem conviver paralelamente. É também comum encontrar índios nas lojas que vendem artigos de umbanda.

Associação de moradores, escolas de samba, alcoólatras anônimos, agremiações recreativas e esportivas são outras atividades existentes mas pouco freqüentadas pelos indígenas, pois são totalmente alheias à sua cultura.

destruam illud... de...
de...
de...

de...
de...
de...

de...
de...
de...

de...
de...
de...

de...
de...
de...

de...
de...
de...

de...
de...
de...

de...
de...
de...

de...
de...
de...

de...
de...
de...

de...
de...
de...

de...
de...
de...

de...
de...
de...

A imigração indígena em Boa Vista

1. Os índios que moram em Boa Vista

Nessa primeira parte da análise dos dados da pesquisa examinaremos as características principais dos índios que escolheram viver na cidade. São descendentes dos primeiros povos que ocuparam a área do lavrado, como narra uma velha Macuxi que vive com seu filho em Boa Vista e nem sabe dizer quantos anos tem:

Quando era criança, morava na área de Surumu. Não tinha brancos, só moravam Macuxi. Morávamos em malocas de barro e folhas de buriti. A gente andava nua, o vestido era uma pequena tanga retangular que cobria a parte de baixo. Eu brincava com folhas de banana e de milho. Gostava de fazer bonequinhas.

Quando chegaram os brancos tudo mudou. Deram para nós vestidos coloridos em troca de farinha de mandioca e banana. Nós gostávamos muito de roupas coloridas. O branco era bom e confiávamos nele. Depois chegaram o gado e os fazendeiros. Eles queriam a terra, onde a gente sempre morou, só para eles. Os índios viraram vaqueiros e operários dos brancos. Os brancos tinham dinheiro, sabiam ler e escrever, tinham carros. Os índios aprenderam a beber cachaça e aprenderam o "mal do branco".

O “mal do branco” trouxe os índios até aqui, à cidade de Boa Vista. Observando-os superficialmente parecem estar integrados na sociedade. Só o rosto revela sua origem. Eles vestem jeans, usam relógios, andam de moto. Estes jovens, adultos e velhos são uma parte dos cidadãos de Boa Vista. Gerações inteiras, que saíram da maloca em épocas diferentes, escolhendo viver na cidade. Atrás dessa fachada de “civilizados” ainda se escondem conflitos entre a antiga identidade indígena e a nova identidade urbana.

Neste capítulo tentamos abordar o assunto de uma forma mais atenta, para oferecer um conhecimento maior do fenômeno migratório dos índios da cidade.

2. Características dos entrevistados

Origem étnica

Substituímos a genérica expressão *índio*, identificando etnicamente a fisionomia dos diversos povos representados pelo universo dos entrevistados. Antes de comentar os dados, queremos frisar a importância dessa especificação étnica.

Não houve nenhuma confusão, no momento da autodeterminação e na identificação do próprio povo indígena de origem. Cada um dos entrevistados colocou-se como membro de um povo, sem dúvidas ou hesitações.

De um total de 150 entrevistados (tabela 1), dois terços são Macuxi, quase um terço são Wapixana. Os Taurepang, os Ingarikó

Povo indígena	Frequência	Porcentagem
Macuxi	100	66,7%
Wapixana	46	30,6%
Taurepang	2	1,3%
Ingarikó	1	0,7%
Yanomami	1	0,7%
Total	150	100%

kó e os Yanomami são representados só por um ou dois indivíduos. A evidente disparidade dos dados mostra a grande superioridade numérica atual dos Macuxi e Wapixana, entre os povos indígenas de Roraima. Os dois povos, localizados na área do lavrado, tiveram um longo e contínuo contato com os brancos, devido também ao tipo de exploração agrícola que o meio ambiente permitia.

A relação com os missionários, fazendeiros e órgãos do governo, que atuaram nessa região desde o século 19, marcou os últimos cem anos da história dos Macuxi e Wapixana. O alto número de índios que moram na cidade pertencentes a esses povos é o exemplo mais explícito desse fenômeno.

Uma maior distância da cidade e um menor contato com os brancos podem ser as causas da diminuta presença de outros povos indígenas em Boa Vista. Os Taurepang têm apenas três malocas no Brasil e o seu centro de irradiação é a Venezuela. Os Yanomami, os Maiongong e os Ingarikó são localizados em áreas mais isoladas e o contato com a população envolvente é novo ou quase inexistente.

Como já foi observado na descrição geográfica do território, os Macuxi moram no lavrado e nas serras do noroeste que fazem divisa com a Guiana, nas seguintes áreas: São Marcos, Serras, Raposa, Surumu, Baixo Cotingo. Os Wapixana localizam-se na região sudeste do lavrado, nas áreas da Serra da Lua, Taiano e Amajari.

Existe também uma faixa territorial intermediária, em particular nas regiões Surumu, Taiano e Amajari, onde há malocas Wapixana e Macuxi na mesma área.

No mapa da página 21 são também indicadas as áreas onde moram os Ingarikó: Serra do Sol e Alto Cotingo. Os Taurepang vivem no alto Surumu e limites com a Venezuela. Os Yanomami, no vale do rio Catrimani e na região conhecida como Maciço das Guianas.

A tabela 2 indica a origem regional dos entrevistados.

As três regiões mais representadas são aquelas mais próximas à Boa Vista: Serra da Lua, Taiano e São Marcos-Amajari, com uma porcentagem de 19,3% e 18,7%. As outras regiões têm uma representatividade menor: Surumu e Baixo Cotingo, que consideramos áreas mistas, com 15,3% (entre Macuxi e Wapixana) e Raposa, com 12,6%. Somente 6,7% dos entrevistados são origi-

Tabela 2
Região de origem dos entrevistados

Região de origem	Frequência	Porcentagem
Taiano	28	18,7%
Serra da Lua	29	19,3%
Raposa	19	12,6%
Surumu e Baixo Cotingo	23	15,3%
Serras	10	6,7%
São Marcos e Amajari	28	18,7%
Fazendas	3	2%
Fora de Roraima	10	6,7%
Total	150	100%

nários da região das Serras. Os últimos dois dados da tabela são os mais significativos: 2% dos entrevistados nasceram em fazendas e não identificam uma maloca ou área de origem.

O processo de transferência das famílias indígenas da própria maloca para as fazendas de brancos é antigo e bastante conhecido na área do lavrado. Os fazendeiros, que ocuparam com o gado as terras indígenas, descobriram logo nos mesmos índios um potencial ideal de mão-de-obra para as próprias fazendas. Macuxi, Taurepang e Wapixana, de qualquer idade e sexo, tornaram-se assim uma força de trabalho que podia ser explorada. Quanto mais se destruísse a estrutura econômica indígena, maior era a possibilidade de se recrutar índios para trabalhar nas fazendas.

Diretamente, ou através de um tuxaua (cacique) “amigo”, o dono da fazenda obrigava os índios a trabalhar. O fazendeiro podia oferecer um trabalho fixo, temporário ou “criar” um menino indígena.

Os peões e vaqueiros índios moravam permanentemente na fazenda. Se eram casados, trabalhavam também esposas e filhos. A fazenda oferecia segurança econômica (o peão ganhava em dinheiro ou comida), algumas vantagens (transporte e assistência médica) e até a assistência religiosa, porque o padre passava de vez

em quando para rezar missa — a famosa *desobriga*. Assim muitos meninos nasceram e cresceram nas fazendas, perdendo a ligação com as próprias origens.

Voltando a examinar a tabela 2, o último dado representa os índios originários de outros estados. Dos dez índios “estrangeiros”, sete são Wapixana e Macuxi, procedentes da Guiana (ex-inglesa), um é índio Pemon da Venezuela e dois vêm do estado do Amazonas.

Os motivos dessa migração indígena da Guiana são, em geral, a extrema carência econômica das malocas que ocupam a área de fronteira com o Brasil e a atual crise econômica que atinge aquela República Cooperativista, devido ao isolamento político e comercial nas relações com os outros países da América Latina.

Os “ingleses”, como são chamados os índios vindos da Guiana, representam para a sociedade boavistense a nova mão-de-obra barata. São explorados e discriminados. “Não sabem nem falar português”, comenta muita gente. Aceitam qualquer tipo de trabalho. Muitos acabam sendo presos. Parecem repetir a mesma triste história dos “parentes” brasileiros que moram na cidade.

Uma jovem Wapixana de 20 anos, doméstica em casa de brancos, assim relata sua história:

Meu patrão foi me buscar na Guiana, em uma vila perto de Georgetown. A nossa família é pobre e aceitei vir para Boa Vista. Não conheço ninguém, só uma colega que trabalha em uma casa vizinha. Ela também é da Guiana.

Registramos até casos onde os próprios “parentes” da cidade passam a ser exploradores dos índios que vêm da Guiana, que ocupam uma posição mais “baixa” na sociedade. Uma mulher Macuxi, dona de uma boate, comentou:

A polícia quer mandar embora todos os estrangeiros que moram no Brasil, também as minhas “empregadas” que vêm da Guiana. Não suporto o jeito da polícia.

Para completar o quadro queremos ressaltar que da população Macuxi que migrou para Boa Vista, a maior parte provém das regiões Surumu e Baixo Cotingo (22%) e das regiões de São

Marcos e Amajari (18%), enquanto que só uma pequena parte provém das áreas mais distantes.

No caso dos Wapixana a maior parte é originária da vizinha região de Taiano (18%) e da Serra da Lua (30,4%). É interessante frisar uma outra tendência, um pouco menor, mas importante, na diferenciação étnica das características dos migrantes indígenas. Observamos que 16,7% dos entrevistados tinham uma família etnicamente mista, na qual o pai era de uma etnia diferente da mãe. Esse elemento não foi propositalmente procurado, mas apareceu casualmente na análise dos dados. Assim pode-se supor que, em geral, os filhos de casamentos etnicamente mistos encontram maiores problemas de integração na própria maloca, o que de certa forma favorece a migração. Valeria a pena investigar melhor esse dado. De maneira mais potente este fenômeno se manifesta quando analisamos os mestiços, filhos de casamentos entre índios e brancos. Eles são pouco integrados à comunidade indígena e, por isso, a maioria decide migrar. As dificuldades estão na mesma indefinição étnica que não permite que façam parte inteiramente da comunidade.

Idade, sexo e tempo de permanência em Boa Vista

Em geral, a presença indígena em Boa Vista não está caracterizada por uma diferença entre homens e mulheres. Isto é, encontramos um igual número de pessoas de ambos os sexos. Por isso, desde o início da pesquisa decidimos entrevistar sempre mulheres e homens em igual proporção. Mais específica e característica é a divisão dos entrevistados por classes de idade.

O objetivo foi verificar até que ponto a diferença de idade era um fator importante nas causas da migração. Formamos cinco faixas: uma de jovens com menos de 20 anos, três faixas seguindo a progressão, de dez em dez anos, e a última que reúne pessoas com mais de 50 anos.

Considerando a representatividade do grupo de entrevistados, a tabela 3 mostra, em geral, através da idade, algumas características importantes da migração indígena. A faixa de idade entre 20 e 30 anos — a dos jovens — é a mais representada, com 32%; mas também a faixa de 30 a 40 anos está bem presente, com 22,7%. Pode-se verificar que a maior parte dos migrantes encontra-se nos anos de maior eficiência no trabalho.

Tabela 3
Idade dos entrevistados

Idade	Frequência	Porcentagem
Até 20 anos	21	14%
De 20 a 30 anos	48	32%
De 30 a 40 anos	34	22,7%
De 40 a 50 anos	26	17,3%
Mais de 50 anos	21	14%
Total	150	100%

Um pouco mais baixo é o número daqueles que têm entre 40 e 50 anos (17,3%). Os mais jovens (abaixo dos 20 anos) e os velhos (acima de 50 anos) têm a mesma porcentagem (14%). Este aumento das faixas centrais (jovens) é explicado pelo fato do mercado de trabalho em Boa Vista estar mais aberto às pessoas dessa idade e, também, porque a emigração aumentou muito nos últimos anos. Os atuais velhos são procedentes de uma migração anterior e numericamente inferior.

Juntamente com a idade dos imigrantes, um dado importante refere-se aos anos de permanência em Boa Vista. Esses dados permitem completar o quadro do movimento migratório dos últimos trinta anos.

Dos entrevistados, 16% chegaram a Boa Vista há mais de vinte anos atrás, confirmando a presença ativa dos índios na expan-

Tabela 4
Tempo de permanência em Boa Vista

Período	Frequência	Porcentagem
Até 1 ano	22	15,3%
2 a 3 anos	15	10%
4 a 10 anos	45	30%
11 a 20 anos	43	28,7%
Mais de 20 anos	24	16%
Total	150	100%

são geográfica da cidade. As faixas 4 a 10 anos e 11 a 20 anos têm as porcentagens maiores (30 e 28,7%). Podemos verificar um incremento da migração a partir dos anos 70, com um leve aumento depois da primeira metade dos anos 80, demonstrada pela menor porcentagem entre os que têm dois ou três anos de permanência na cidade.

Numa primeira explicação, poderíamos atribuir este decréscimo ao surgimento das organizações indígenas nas malocas do território, a partir de 1983, que se empenharam na defesa da terra e na reconstrução da sociedade indígena.

Numa outra explicação, a diminuição do fluxo migratório se deve ao surgimento de um outro pólo de atração, que envolveu sobretudo os jovens: o garimpo. Assim a migração se divide em duas direções: uma para Boa Vista, que se mostra mais estável; e outra para o garimpo, onde os indígenas, uma vez nele inseridos, não voltam à maloca de origem, mas utilizam sempre mais a cidade como referência e lugar para investir o pouco que ganharam (um barraco, um terreno, uma bicicleta etc.)

Será interessante também analisar a possível existência de diferenças significativas no comportamento dos migrantes, segundo sua origem étnica. Vamos considerar apenas os dois maiores povos que formam a população indígena que vive em Boa Vista: os Macuxi e os Wapixana. Assim, para se verificar eventuais diferenças, dividimos os entrevistados nos dois grupos étnicos, confrontando esses dados com o tempo de permanência na cidade.

Lendo a tabela 5 parece que, em geral, não existem grandes diferenças no comportamento entre os dois povos. Poderia-se levantar a hipótese de que a vizinhança geográfica da área Wapixana com a cidade pode empurrar um maior número desses indígenas a migrar. Na verdade, a tabela não confirma essa suposição. A menor presença Wapixana encontra uma explicação não somente porque essa etnia é pelo menos quatro vezes menor que a Macuxi, mas também na sua localização geográfica: a proximidade das malocas Wapixana permite um contato constante com a cidade, sem provocar necessariamente uma migração definitiva, estimulando o movimento periódico *maloca-cidade-maloca*, que faz oscilar o fenômeno migratório.

De outra parte, revela-se uma proporcional diminuição da emigração Macuxi no último ano, juntamente com um progressivo

Tabela 5
Etnia e tempo de permanência em Boa Vista

Tempo de Permanência	Macuxi	Wapixana	Outros povos	Total
Até 1 ano	13	10	-	23
2 a 3 anos	10	4	-	14
4 a 10 anos	32	12	2	46
11 a 20 anos	30	11	1	42
Mais de 20 anos	15	9	1	25
Total	100	46	4	150

aumento da migração Wapixana. Esta inversão de tendência deveria ser estudada com mais atenção, porque poderá ser o início de uma nova onda migratória Wapixana. Seria importante que as organizações indígenas e as forças que estão colaborando com elas, analisassem mais profundamente esse fenômeno.

Composição da família

Os indígenas do lavrado vivem em aldeias formadas por casas unifamiliares. O antigo costume de morar numa única grande maloca plurifamiliar está hoje completamente perdido e o termo *maloca* é usado para identificar a aldeia.

Em geral, mesmo vivendo em casas unifamiliares, mantêm-se na maloca as relações de parentesco tradicionais e, conseqüentemente, as relações de reciprocidade nelas reproduzidas. A cidade, entretanto, modifica em parte este tipo de relacionamento familiar.

Entrevistando os indígenas, um dos primeiros temas abordados foi o estado civil. Sob indicação dos próprios índios, consideramos casados também os que não oficializaram a própria união.

O grande número de casados (70%) indica que normalmente a migração para a cidade é do tipo familiar. A família sai da maloca visando novas perspectivas de vida: escolas para os filhos, trabalhos etc. A maioria dos casais regulariza a união no civil ou no religioso, mas é comum encontrar também casais "juntados"

Tabela 6
Estado civil dos entrevistados

Estado civil	Freqüência	Porcentagem
Casado(a)	105	70%
Solteiro(a)	32	21,3%
Viúvo(a)	13	8,7%
Total	150	100%

ou vivendo segundo a maneira tradicional, sem nenhuma ligação oficialmente reconhecida (tabela 6).

Os viúvos representam um caso específico entre os casados, com uma porcentagem bastante significativa (8,7%). O problema do viúvo(a) é sério e mexe com aspectos da vida e das tradições indígenas que se perderam ao longo dos tempos.

Os viúvos, na grande maioria, não conseguem ficar muito tempo na maloca sozinhos sem a ajuda e a proteção (mais no caso das mulheres) do companheiro. A divisão de tarefas domésticas e de subsistência (caça, pesca, roça) entre homens e mulheres não permite a um componente do casal continuar morando sozinho na maloca. A comunidade parece não assumir totalmente esse problema.

O número de solteiros (21,3%) revela a ânsia da nova geração de buscar soluções para os problemas indígenas, diferentes daquelas formas tradicionais. A migração para a cidade torna-se uma alternativa individual e não comunitária, alternativa que nem sempre funciona e são os jovens os que com mais facilidade se tornam vítimas da ilusão do "bem-estar para todos" que a sociedade envolvente promete.

Para aprofundar o tema da família, passamos a examinar a etnia dos migrantes casados a fim de verificarmos se o fenômeno migratório coincide ou não com uma crise do sistema tradicional de casamento e a incidência de casamentos com não-índios. Queremos lembrar que os viúvos estão incluídos na categoria dos casados.

Tabela 7
Etnia do *companheiro(a)*

Etnia do <i>companheiro(a)</i>	Freqüência	Porcentagem
Indígena	98	83%
Branco	14	11,9%
Caboclo amazonense	4	3,4%
Negro	2	1,7%
Total	118	100%

Dos entrevistados 83% são casados com um outro indígena, demonstrando que em geral se mantém a divisão entre índios e brancos. Entretanto, 11,9% de casamentos mistos é um dado importante do início da crise de identificação étnica. Em geral é o homem branco que se casa com a mulher índia, assumindo uma posição de superioridade e domínio. Entre os catorze casos registrados, treze eram mulheres indígenas casadas com brancos e só um era índio casado com uma branca. A idade deste último casal era de apenas 20 anos. Registramos ainda 3,4% de índios casados com caboclos (mestiços) originários do estado do Amazonas, e apenas duas pessoas (1,7%) casadas com negros.

Entre os 118 casados, 74 se casaram na maloca e 44 na cidade, divididos proporcionalmente entre Macuxi e Wapixana. Apuramos assim que o fato de pertencer a um determinado povo não influencia esse fenômeno. Ainda é importante notar que dos 98 entrevistados, casados com indígenas, 21 escolheram índios de uma etnia diferente da sua. Esse dado nos parece importante porque exprime, também na cidade, as relações entre grupos indígenas diferentes e oferece uma real possibilidade para a formação de organizações indígenas interétnicas.

Sobre o item *família* observamos, finalmente, o número e a idade dos filhos (tabela 8).

Mais de 34% dos casais entrevistados têm entre seis e dez filhos. Mas as porcentagens são altas também entre os pais que têm mais de três filhos (31,4%). Com verdadeiro orgulho, três índios afirmaram ter onze e treze filhos. Ter uma família numerosa é sinal de fertilidade, de bem-estar e de continuidade do povo.

Tabela 8
Número de filhos

Número de filhos	Frequência	Porcentagem
Nenhum filho	7	5,9%
1 a 2 filhos	31	26,3%
3 a 5 filhos	37	31,4%
6 a 10 filhos	40	33,9%
Mais de 10 filhos	3	2,5%
Total	118	100%

Os novos modelos brancos e as grandes dificuldades que a família indígena tem que enfrentar na vida da cidade estão provocando uma diminuição do número dos filhos. Dos entrevistados, 5,9% não têm nenhum filho e mais de 26% têm apenas um ou dois filhos. Isso parece ser uma tendência em ascensão.

Perguntamos também aos entrevistados a idade dos seus filhos. A tabela 9 mostra a divisão feita, por faixas de idade.

O dado mais significativo é, sem dúvida, o alto número (80%) de filhos que têm menos de 20. Entre os entrevistados, 53% têm filhos menores de 10 anos. Esse dado confirmaria o grande número de famílias jovens que moram atualmente em Boa Vista. Muitos meninos indígenas nasceram na cidade e não conhecem a vida na maloca. É a nova geração de índios da ci-

Tabela 9
Idade dos filhos

Idade dos filhos	Frequência	Porcentagem
Menos de 1 ano	14	3,8%
Entre 1 e 5 anos	104	28,4%
Entre 6 e 10 anos	90	24,6%
Entre 11 e 15 anos	53	14,5%
Entre 16 e 20 anos	41	11,2%
Mais de 20 anos	64	17,5%
Total	366	100%

dade, é o “futuro melhor” que os pais desejam para eles. Só 17,5% têm filhos adultos. A maioria continua a viver na cidade. Registramos alguns casos de filhos que escolheram voltar a viver na maloca de origem.

Escolaridade

Nos últimos vinte anos, na maioria das aldeias indígenas foi instalada uma escola. Somente as malocas mais isoladas ou muito pequenas não justificaram a implantação de uma atividade educativa contínua.

Essas escolas do interior geralmente são escolas multi-séries, isto é, agregam alunos de diferente nível escolar numa única sala. A exceção ocorre em algumas malocas com população maior, nas quais é compreensível a presença de mais de uma classe, que agregam alunos de diferente nível escolar.

Freqüentemente o ensino só vai até a 4ª série do 1º grau. Quando existem fazendas na área, também os filhos dos fazendeiros freqüentam a escola da aldeia. A programação escolar é imposta pelo governo e tem conteúdos típicos de cultura européia (história da Grécia e de Roma antiga, por exemplo). A língua falada é o português e não é reconhecido o uso da língua indígena. A própria alfabetização é imposta usando conteúdos totalmente alheios à realidade na qual vivem as crianças indígenas (*a* como *avião*, *c* como *carro* etc.).

O nível metodológico do ensino é muito baixo. Costuma-se encontrar meninos que ficam seis ou sete anos repetindo a mesma série. Na maioria dos casos, dois ou três anos depois de terem deixado a escola, os jovens já não sabem mais ler e escrever.

Os professores que lecionam no interior possuem um nível de escolaridade muito precário: a maioria não terminou o primeiro grau. Mas o problema maior parece ser a ausência constante dos professores nas salas de aula. As viagens a Boa Vista para receber o salário, as doenças, as transferências para outras escolas do interior ou da cidade são as principais causas da suspensão periódica das aulas. É evidente o prejuízo que estas ausências causam à continuidade da atividade didática.

Entre as razões que provocam a saída da maloca, a procura de boas escolas para os filhos é uma das mais encontradas nas respostas.

Se a escola na maloca é ruim, vamos na cidade, onde têm escolas boas e de “alto” nível educativo.

Falsa ilusão... O problema do baixo nível de ensino continua nas escolas públicas de Boa Vista.

Os prédios escolares existentes nos bairros periféricos apresentam estruturas inadequadas à grande demanda da população. Os meninos são obrigados a ficar em salas cheias, úmidas e com escassas condições higiênicas. O racionamento diário de água e luz torna mais calamitoso esse quadro.

Os professores trabalham em condições precárias pelo alto número de alunos e pela falta de recursos para desenvolver as atividades didáticas. O ensino é deixado à “boa vontade” e à “ética profissional” de cada professor.

Para os meninos indígenas há um outro problema, mais grave. A maioria dos estudantes que vão para a cidade estão com o currículo escolar atrasado. Não são bem aceitos nas escolas, principalmente quando as aulas já estão iniciadas e acabam perdendo o ano escolar.

A mudança de didática e de conteúdos entre interior e cidade é também causa da não-adaptação e do desânimo de muitos alunos, como conta um Macuxi que saiu da maloca quando tinha doze anos de idade:

As escolas do interior não estão funcionando bem, faltam professores, materiais e classes. Os conteúdos são atrasados. Os meninos não aprendem muito. Minha prima que sempre freqüentou as escolas do interior está achando muito difícil as aulas aqui na cidade. Ela está freqüentando a 7ª série, mas não foi bem preparada no interior. As minhas filhas são mais desenvolvidas. Sabem mais coisas.

Os índios sofrem discriminações e são ridicularizados pelos colegas e, às vezes, até pelos próprios professores. Isso ocorre também com aqueles que nasceram na cidade e têm “cara de caboclo”. Para eles a dificuldade de ambientação à escola soma-se aos graves problemas econômicos que a família tem que enfrentar diariamente na vida urbana. Um alto número de índios deixam os estudos para trabalhar ou ajudar em casa, sobretudo as meninas que cuidam dos irmãos menores.

Tabela 10
Grau de escolaridade dos imigrantes

Escolaridade	Freqüência	Porcentagem
Analfabeto	53	35,3%
Semi-alfabetizado	14	9,3%
1º grau incompleto	57	38%
1º grau completo	22	14,7%
2º grau	1	0,7%
Vestibular	3	2%
Total	150	100%

Essa precária situação escolar dos filhos é, de certa forma, consequência da falta de escolaridade dos pais e da situação em que se encontram os índios migrados para a cidade.

Vamos analisar a tabela 10 sobre esse último item.

A maior porcentagem (35,3%) representa os índios que nunca freqüentaram uma escola, nem no interior nem na cidade. Alguns, sozinhos, ou com a ajuda dos filhos, ou participando de algumas aulas do antigo Mobral (projeto governamental de alfabetização de adultos), aprenderam a ler e a escrever alguma coisa (9,3%).

Dos entrevistados, 38% teve um certo contato com o mundo da escola, mesmo quando alguns problemas, pessoais ou não, o impediram de completar o 1º grau, nível alcançado somente por 14,7%. Mais do que claros são os últimos dois dados presentes na tabela: só um índio completou o 2º grau e apenas três tentaram o vestibular.

Partindo para uma análise mais geral do fenômeno da migração indígena para a cidade, parece que a presença das escolas nas malocas é um dos fatores mais determinantes. Os índios emigram para a cidade atraídos pelo mundo dos brancos, e o ensino das malocas, com a ausência de conteúdos diretamente ligados à realidade indígena e com uma visão mistificadora e distorcida da sociedade envolvente, acaba estimulando a decisão de emigrar.

Esta explicação é confirmada pela análise dos dados da tabela 10. Entre todos os entrevistados, 55,4% freqüentou, mesmo intermitentemente, as aulas na maloca e 44,6% não freqüen-

tou nenhuma escola. Assim está confirmada a influência da escola sobre a migração indígena para a cidade, mas não como causa única da saída, porque entram em jogo também outros fatores, como a questão do trabalho, indicada pelos próprios entrevistados.

A escola, principalmente no interior, deveria ser mais ligada à realidade indígena, respeitando e valorizando a língua e a cultura dos vários povos. Ao mesmo tempo, ela deveria fornecer os instrumentos básicos da cultura não indígena, para facilitar um melhor contato com a sociedade brasileira, menos passivo e mais consciente.

Queremos aqui colocar como passo para a solução desse problema o surgimento de algumas escolas indígenas, onde a comunidade assumiu a responsabilidade do ensino, aproveitando as falhas do governo na organização e manutenção das escolas do interior. As escolas indígenas são espaço fundamental para que os índios sejam os agentes de sua própria cultura e para que seja fortalecida cada vez mais a coesão étnica.

Trabalho dos índios na cidade

Consideramos até o momento os entrevistados como um todo para se levantar aspectos importantes da migração. Para examinar o trabalho dos índios migrados para Boa Vista, achamos mais oportuno dividir o grupo em duas categorias — segundo o sexo — para descobrirmos as eventuais diferenças existentes.

A situação econômica atual da cidade de Boa Vista não oferece em geral boas alternativas de trabalho. As opções se reduzem ao funcionalismo público, no governo e na prefeitura, a empresas privadas, ao comércio ou a bares e restaurantes. Além dessas áreas, há uma infinita variedade de trabalhos temporários, que permitem a sobrevivência, mas não oferecem garantias mínimas de segurança e de estabilidade econômica.

O trabalho dos indígenas na cidade representa a exploração de uma mão-de-obra barata, disponível nesse mercado de trabalho. Para confirmar essa afirmação, basta mostrar o elenco das profissões declaradas pelos homens. O número ao lado indica a quantidade de índios entrevistados empregados na respectiva profissão.

Quadro 1 Trabalho masculino

Ajudante de supermercado (2)	Aposentado (2)
Atendente de enfermagem (1)	Bombeiro (1)
Coveiro (1)	Desempregado (2)
Descarregador de caminhão (1)	Desenhista (1)
Estudante (1)	Funcionário da Funai (1)
Funcionário da prefeitura (3)	Funcionário da Sucam (1)
Garimpeiro (4)	Jardineiro (1)
Líder indígena (1)	Motorista (3)
Operário (4)	Pintor de casa (3)
Pedreiro e ajudante de pedreiro (21)	Secretário (4)
Soldador (1)	Serralheiro (1)
Vaqueiro (2)	Técnico rádio-TV (1)
Vigia (6)	Vendedor de jornais (2)
	Zelador (3)

Os trabalhos manuais são os mais citados. Pedreiro, por exemplo, é uma das ocupações mais freqüentes entre os indígenas. O clima de Roraima, a falta de segurança no trabalho e o desrespeito à carga horária fazem do pedreiro o símbolo do trabalhador explorado. Em Boa Vista a maioria dos pedreiros ou ajudantes de pedreiros são indígenas.

O vigia noturno é também uma daquelas profissões geralmente rejeitadas pelos brancos, porque considerada monótona, perigosa e mal-remunerada. Ser vigia é um "trabalho para caboclo".

As outras categorias se dividem entre especializadas e não-especializadas. O líder indígena, por exemplo, escolheu fazer da luta em favor dos direitos dos índios sua principal atividade.

Quanto à estabilidade, podemos dividir as profissões em dois grupos: trabalho temporário e trabalho fixo. A tabela 11 vai revelar esse quadro.

Do total de 75 homens excluimos quatro casos: um estudante e três aposentados.

A tabela confirma a situação de extrema precariedade do trabalho indígena na cidade. Dos entrevistados, 76% não tem

Tabela 11
Trabalho temporário ou fixo
dos índios da cidade (homens)

Categorias de trabalho	Frequência	Porcentagem
Trabalho temporário	54	76,1%
Trabalho fixo	17	23,9%
Total	71	100%

lugar de trabalho fixo. Eles prestam serviços temporários, pagos diária ou semanalmente. São os primeiros a serem despedidos em caso de dificuldade da empresa e estão totalmente desprotegidos pelas leis trabalhistas. Um operário Macuxi explicou:

O trabalho é difícil. Quando se perde um dia de trabalho o dono desconta dois. Este mês perdi seis dias de pagamento quando só falei três dias.

Esses indígenas foram também as maiores vítimas da *febre do ouro* como testemunha um jovem Macuxi de 23 anos de idade:

Sempre trabalhei como ajudante de pedreiro, mas o trabalho era pesado e o salário baixo. Decidi, portanto, ir para o garimpo. Na verdade, o trabalho do garimpeiro é muito duro, mas compensa. Eu passo de seis a oito meses no garimpo, se tudo der certo.

A situação também não é fácil para aqueles que têm um trabalho mais estável, pois continuam nas mesmas condições de exploração. Responde uma mulher Wapixana, casada com um índio Macuxi que trabalha na Sucam e mora há dezoito anos na cidade:

Agora meu marido tem um trabalho, mas foi difícil conseguir. Antes de trabalhar na Sucam ele trocou várias vezes de emprego. Sofremos fome e miséria. Não tinha um dinheirinho nem para comprar um pouco de leite para os filhos. Também o trabalho na Sucam não é bom: ganha pouco, tem perigo de pegar doenças, acidentes, viajando sempre no interior. Três vezes já virou o caminhão dele. E, depois, ele fica fora e já não tem o respeito dos filhos maiores.

Quadro 2

Trabalho feminino

Aposentada (5)	Atendente de enfermagem (2)
Cabelereira (1)	Doméstica (16)
Dona de boate (1)	Dona de casa (21)
Estudante (2)	Lavadeira (7)
Líder indígena (1)	Monitora de creche (1)
Professora (2)	Rezadeira (1)
Secretária (2)	Varredora de rua (2)
Zeladora (11)	

Vejamos agora o trabalho das mulheres. Doméstica, lavadeira e zeladora são as profissões mais comuns. As mulheres sempre foram e continuam sendo as mais exploradas, como afirma uma mulher Wapixana de 32 anos, na cidade há um ano:

Eu trabalho o dia todo lavando roupa para as famílias. Gasto água, luz, sabão e ganho muito pouco.

As donas de casa são, na maioria, as que tentaram conseguir um trabalho mas até agora não o encontraram. Nenhuma mulher afirmou estar desempregada. Além das tarefas que na sociedade sempre lhe foram atribuídas (monitora, atendente de enfermagem, secretária, cabelereira etc.), encontramos outros trabalhos pouco comuns. A rezadeira é uma figura tradicional na maloca indígena que, junto com o pajé, reza pelos doentes. Na cidade chega até a ser considerada uma profissão, porque a mulher Macuxi reza tanto para índios, quanto para brancos. Ela nunca pede dinheiro, mas sempre recebe presentes pela reza, especialmente quando os doentes se recuperam. Assim, ela vive das rezas e consegue manter sua família.

Outra história original é a da dona de boate. Ela encontrou a seu modo uma saída para sua vida de exploração:

Meus pais me entregaram a uma mulher branca que morava em Boa Vista. Eu sofri muito nas mãos dos donos. Meus pais nunca me bateram; mas eu apanhava sempre dos meus patrões.

Eles exigiam muitas coisas e meu trabalho nunca era perfeito. Eles me humilhavam. Trabalhei dez anos em casa de famílias ricas. Sempre trabalhei para os outros. De repente pensei: "Por que sempre trabalhar para os outros? Só para enriquecer os outros? Agora vou trabalhar para mim". Fui no Beiral (lugar de prostituição) e depois de um tempo vim para esse bairro e arranjei uma taberna. Agora tenho duas moças guianenses que trabalham para mim. Eu só vou pegar o dinheiro.

Consciente das discriminações e da exploração dos indígenas, há ainda uma mulher que se definiu como líder indígena. Ela faz da luta em defesa dos direitos dos "parentes" a sua principal ocupação.

Dividimos também o trabalho das mulheres em grupos: o trabalho fixo e temporário acrescentando mais uma categoria: as donas de casa. Como no caso dos homens, foram excluídas duas estudantes e cinco aposentadas.

Analisando a tabela 12, 21 mulheres são donas de casa, 38 têm um trabalho temporário, sem carteira assinada, e só nove conseguiram uma certa estabilidade no trabalho. Unindo esses dados aos do trabalho temporário dos homens, confirma-se a afirmação feita anteriormente: na cidade, o trabalho indígena é uma nova forma de exploração e de dominação.

Essa situação de precariedade pode encontrar uma explicação na difícil adaptação dos índios que chegam a Boa Vista. Eles não conhecem os mecanismos do mercado de trabalho na cidade e, geralmente, não se relacionam com os brancos, mas somente com outros índios, parentes ou amigos. Essa observa-

Tabela 12
Trabalho temporário ou fixo
das mulheres indígenas na cidade

Categorias de trabalho	Freqüência	Porcentagem
Dona de casa	21	30,8%
Trabalho fixo	9	13,4%
Trabalho temporário	38	55,8%
Total	68	100%

Tabela 13
Tempo de permanência
na cidade e tipo de trabalho

Tempo de permanência	Trabalho	Trabalho	Total
permanência	fixo	precário	
Até 1 ano	3	13	16
2 a 3 anos	3	11	14
4 a 10 anos	9	26	35
11 a 20 anos	6	27	33
Mais de 20 anos	5	15	20
Total	26	92	118

ção poderia ser válida para os recém-chegados, para aqueles que ainda tentam se inserir na sociedade envolvente e aceitam qualquer tipo de trabalho. Quem já conhece a cidade e passou muitos anos vivendo em Boa Vista teoricamente poderia conseguir trabalhos melhores e estáveis. Para testar essa hipótese vamos cruzar os dados das duas tabelas — a do trabalho dos homens e das mulheres — com a tabela que registra o tempo de permanência em Boa Vista. Nessa nova tabela (tabela 13) não foram incluídos os estudantes (3), os aposentados (8) e as donas de casa (21). O novo total é, pois, de 118 pessoas.

O número daqueles que tem trabalhos, precário ou fixo, é espalhado mais ou menos uniformemente, no curso dos anos de permanência na cidade. Não existem grandes diferenças entre a ocorrência de trabalho fixo ou temporário, comparados com os dados do tempo passado em Boa Vista. Tomemos como exemplo os que têm mais de vinte anos de vida urbana: cinco entrevistados têm um trabalho fixo, contra quinze que só fazem trabalhos temporários.

A tabela 13 contradiz a nossa hipótese precedente. Parece que os anos passados na cidade não significam maior segurança no emprego. A consideração final é, portanto, mais amarga e pessimista. Muitos anos de permanência na cidade, a convivência com a sociedade brasileira, com os brancos, não criam condições para trabalhos melhores e mais estáveis.

Tabela 14
Ocupação dos filhos dos entrevistados

Tipo de trabalho	Freqüência	Porcentagem
Mão-de-obra não-especializada	50	38,4%
Estudante	19	14,5%
Pedreiro	19	14,5%
Funcionário público, técnico, secretário	18	13,7%
Garimpeiro	10	7,6%
Militar ou policial	7	5,3%
Agricultor na maloca	7	5,3%
Tuxaua (cacique)	1	0,7%
Total	131	100%

Os dados levantados na pesquisa fornecem outras pistas para aprofundar o problema do trabalho indígena na cidade, como por exemplo, a ocupação dos filhos dos entrevistados. Essa questão é muito importante, para verificar a possibilidade de uma melhor integração da segunda geração ou dos índios urbanizados, como afirma a cultura dominante. A idéia inicial é a de que, se o índio que deixou a maloca não conseguiu um nível bom na cidade, seguramente seus filhos, que ali nasceram e se criaram, poderão encontrar uma maior integração à sociedade branca. A tabela 14, que classifica os diferentes trabalhos dos filhos dos entrevistados, irá verificar essa tese. Vamos considerar apenas os filhos com mais de 12 anos de idade. O total será de 131 pessoas, de ambos os sexos.

Dos entrevistados, 14,5% dos filhos são estudantes. Este número inclui os adolescentes e jovens que estão freqüentando o 1º e o 2º graus.

Com a definição *mão-de-obra não especializada* (38,4%) desejamos indicar todos aqueles trabalhos manuais que não precisam de uma formação específica (doméstica, pintor, jardineiro, lavadeira etc.). Destacamos os pedreiros (14,5%) pelo alto número registrado e pela "tradição" dessa profissão no meio dos índios da cidade. A porcentagem de 13,7% representa aqueles que, freqüentando

cursos e escolas, conseguiram uma mínima especialização (datilógrafo, secretário etc.).

O garimpo atraiu 7,6% dos filhos, que às vezes seguem o mesmo caminho dos pais no trabalho da extração de ouro. O número de militares de carreira e de policiais (5,3%) indica, sobretudo, a busca de segurança econômica dos jovens índios. São trabalhos que impõem disciplina e apresentam uma certa imagem de risco, mas são relativamente bem-remunerados.

Os últimos dois dados se referem aos filhos que não aceitaram viver na cidade com os pais e continuam morando na maloca. Uma mãe Macuxi falou com orgulho do filho tuxaua; outros entrevistados indicaram com o termo genérico de “agricultores” (5,3%) os filhos que vivem nas malocas, querendo assim justificar a profissão da maior parte dos indígenas que continuam vivendo na aldeia. Essa abordagem “profissional” do trabalho na maloca vem fazer frente à necessidade de responder ao estereótipo que deles faz o civilizado: “O índio no interior é preguiçoso, não faz nada”.

Da análise global da tabela, verifica-se que 79 filhos têm um trabalho temporário, contra 25 que conseguiram um trabalho fixo. Mais uma vez, a situação de precariedade é característica constante no trabalho dos índios da cidade, tanto na primeira como na segunda geração. Observando o número de estudantes, pode-se ver também o esforço dos pais em oferecer melhores possibilidades de instrução aos filhos. Usufruidos da mesma formação dos brancos, os índios da cidade acreditam que conseguirão, um dia, melhorar sua condição de vida.

Esses dados sobre o trabalho dos indígenas nos levam a uma conclusão. Os índios que saem da maloca, em busca de melhores condições econômicas, atraídos pela vida dos brancos, não encontram o que esperavam. Eles são quase sempre obrigados a aceitar trabalhos pesados, humilhantes, mal-remunerados.

O trabalho indígena serve à sociedade branca, mas não modifica as condições de vida dos índios que moram na cidade. Em forma de desabafo, declarou uma jovem Macuxi:

Na cidade o índio lava as privadas dos brancos, carrega cimento e areia para construir as casas dos brancos, limpa a merda das crianças brancas, planta árvores bonitas no quintal das casas dos brancos, limpa as ruas e a cidade dos brancos.

Os donos do trabalho continuam sendo os mesmos. Nada mudou. A antiga exploração do trabalho indígena continua hoje na cidade, em forma talvez menos violenta, mas igualmente discriminatória.

Características específicas da migração indígena para a cidade

1. Da maloca à cidade: causas e motivações da migração

A melhor forma de domínio é aquela que faz com que os conquistados desejem ser como os conquistadores. Foi assim que a sociedade brasileira agiu em Roraima. A aculturação foi tão eficaz que os próprios índios assumiram a condição de índio como objetivamente inferiores. A cidade, “lugar onde moram os brancos”, tornou-se um pólo de atração para todos aqueles que estavam em crise com a própria cultura tradicional e, por isso, não queriam mais aceitar a vida na maloca. Os índios têm uma imagem distorcida da cidade, que influenciou ao longo dos anos o fenômeno da migração.

O modelo ocidental de cultura material se propõe melhor que o indígena. Vejamos, por exemplo, as casas das fazendas com telhado de zinco, os tratores, as bombas d'água. Os fazendeiros, os missionários e os órgãos do governo que operam nas áreas indígenas utilizam carros, máquinas e bens materiais que acabam estimulando nos índios uma vida mistificadora e supostamente desenvolvida da cidade. Os indígenas mantêm a idéia de que os brancos são na maioria ricos e civilizados; de que a cidade é o lugar

onde as coisas podem ser adquiridas com facilidade e onde todos trabalham e ganham dinheiro.

A maior difusão das escolas e o relativo aumento da participação indígena nesse sistema educacional estimulou ainda mais o processo de comparação entre as duas culturas, que resultou na interiorização da "inferioridade" da cultura indígena, como, aliás, confessou um tuxaua de uma maloca do interior:

A escola não está melhorando a vida da comunidade. Parece que serve mais para destruir a nossa cultura. Além do português, a escola ensina também uma outra maneira de viver. O índio perde aos poucos toda sua cultura. Se continuar desse jeito a gente vai viver como os brancos. Os jovens vão estudar na cidade e não se preocupam mais com a família e com a comunidade. Só aprendem a ganhar dinheiro.

Diretamente ligados à cultura da cidade, os índios são direcionados pelos meios de comunicação, sobretudo o rádio, que invadiu as malocas. Um número sempre maior de índios escuta as notícias, as propagandas e as músicas modernas. As malocas são inundadas diariamente por música sertaneja, comentários sobre a vida da cidade, discursos de políticos sobre o novo estado de Roraima etc. O rádio passa a imagem de que só na cidade acontecem as coisas e existem condições para alguém se destacar na vida. As propagandas oferecem os produtos de uma forma atraente: "Loja do Papai, barato todo dia!"; "É só entrar e comprar!". Na cidade tudo é possível. Pode-se ganhar dinheiro com facilidade e comprar qualquer coisa.

Há também outra forma de propaganda mais *interna* ao mundo indígena: nas viagens periódicas os índios que moram na cidade apresentam aos parentes do interior uma falsa imagem da situação para demonstrar o "sucesso" da saída da maloca, a melhoria social e econômica que conseguiram em Boa Vista. Mas raramente esses sonhos chegam a ser realizados. Os poucos bens materiais, que mais atraem os "parentes", quase sempre foram conseguidos às custas de muito trabalho e humilhações.

A mesma coisa acontece nos períodos de férias, quando os índios da cidade voltam para as malocas de origem. Nesses encontros, os "parentes" da cidade ostentam publicamente o sucesso

Tabela 15
Causas da emigração indígena para a cidade

Motivações	Frequência	Porcentagem
Em busca de trabalho	41	27,3%
Estudar ou fazer estudar os filhos	29	19,4%
Problemas familiares	21	14%
Mudar de vida	13	8,7%
Problemas de saúde	17	11,3%
Trabalhar nas casas dos ricos brancos	16	10,7%
Prestar o serviço militar	8	5,3%
Brigas e problemas com fazendeiros	5	3,3%
Total	150	100%

de uma escolha de vida bem sucedida, através de roupas da última moda, sapatos de salto alto, maquiagem, gravadores, motos etc.

Além desses elementos existem outros fatores que forçam os índios a migrarem. Trata-se de motivações mais concretas e reais. Uma doença grave, um problema familiar, variações climáticas na própria região, uma situação de extrema necessidade, levam muitos índios a se deslocarem para Boa Vista.

Vamos analisar com mais detalhes quais seriam as justificativas para a transferência da maloca para a cidade.

Dos entrevistados, 27,3% saiu da maloca a procura de um trabalho, de uma possibilidade real para ganhar dinheiro. A expressão “não dava mais”, muito usada, retrata a situação de extrema pobreza que as pessoas estavam vivendo na maloca.

Entre as motivações da saída da maloca merece destaque o segundo motivo (19,4%), segundo o qual os estudos dos filhos ou deles próprios é uma das causas principais da mudança. Viam a importância de aprender os instrumentos culturais dos brancos para se defenderem e poder entrar na sociedade “dos que mandam”.

Às vezes a saída é forçada, difícil. É o caso dos problemas familiares (briga entre o casal, falecimento do companheiro, sepa-

rações), representados por 14% dos entrevistados ou problemas de saúde (11,3%). A assistência médica no interior é do tipo convencional e bastante precária, por falta de meios e estruturas necessárias. Os únicos hospitais de Surumu (da diocese de Roraima) e de Taiano (do governo), não conseguem atender a todas as necessidades.

Nas respostas aparecem também as brigas e os problemas com os fazendeiros (3,3%), que analisaremos depois. Um caso específico (10,7%) é aquele das moças que saíram da maloca para trabalhar nas casas de família em Boa Vista. Geralmente, foram forçadas por necessidade familiar ou para poder estudar na cidade. São histórias de sofrimento e exploração.

A primeira vez que vim na cidade tinha seis anos. Meu pai pensou em me entregar a uma mulher que morava na cidade para que eu pudesse estudar. A senhora era costureira e trabalhava para os ricos. Eu devia cuidar do seu nenê e não podia ir à escola. Lembro-me que uma vez duas meninas passaram na frente da casa, que me convidaram a ir com elas para a escola das irmãs. O nenê dormia e, sem dizer nada, fugi. Queria aprender. As irmãs pediram para me matricular. Quando voltei, a dona me falou duro. Eu não podia ir na escola porque devia cuidar do nenê. Prometeu-me que freqüentaria a escola só depois que o nenê crescesse. Não foi assim, porque ela ganhou um outro filho logo depois. Quando meu pai veio me pegar para voltar para a maloca eu tinha catorze anos e era analfabeta. Ficou bravo com a mulher e me levou com ele.

(mulher Macuxi, de 60 anos, vivendo há vinte anos na cidade)

Voltando à tabela 15, queremos destacar ainda os 5,3% que saíram da maloca para fazer o serviço militar e não voltaram mais. O serviço militar para os índios é voluntário, mas muitos foram atraídos pela possibilidade de vida diferente, como conta um Macuxi de 42 anos, há vinte anos na cidade.

Prestei o serviço militar voluntário. Gostava do militar fardado, das paradas. Sempre sonhei em ser militar. Achava isso coisa de "macho". Encontrei muitos problemas com outros colegas no quartel. Não me dava bem com os brancos. Depois do serviço iniciei uma dura vida de trabalho.

O desejo de mudar de vida está presente também em 8,7% dos entrevistados. Em geral, todas essas motivações são comuns tanto entre os Wapixana como entre os Macuxi. Todavia, para verificar melhor as eventuais diferenças, vamos comparar as motivações dos migrantes segundo sua procedência étnica.

Entre os Macuxi verificamos uma maior incidência referente aos problemas de saúde. A distância geográfica da cidade e a carência de atendimento médico na área Macuxi seria uma das causas importantes da saída da maloca.

Entre eles também é grande a motivação de estudar ou fazer estudar os filhos. O menor contato com a sociedade envolvente e o menor conhecimento da realidade urbana cria entre os Macuxi, mais que entre os Wapixana, o "mito" da escola. Os Wapixana parecem ter um conhecimento mais realista da vida urbana e dos problemas ligados à instrução escolar. Entre eles é muito mais alto o número dos que viviam uma situação econômica precária, com escassez de caça e pesca.

Saí da maloca porque a comida faltava e apenas os velhos agüentam comer só farinha e pimenta. Lá não tem mais caça nem pesca. A criação é pouca. (*Wapixana de 28 anos de idade, há onze anos na cidade*)

Ainda na tabela 15, pode-se ver que somente cinco índios indicaram as brigas e problemas com fazendeiros como a causa principal da migração para a cidade. O problema é grave e queríamos descobrir melhor a relação entre índios e brancos nas malocas. Provocamos os entrevistados com uma pergunta direta: "Como foi o relacionamento com o branco na maloca?". Os resultados das respostas confirmam os dados da tabela 15. O relacionamento negativo com os brancos não aparece como a motivação principal da saída da maloca, pelo menos na maior parte dos casos. Além disso, 56% dos entrevistados (84 pessoas) responderam que, de modo geral, tiveram um bom relacionamento com os fazendeiros que moravam perto da maloca; 32% (48 pessoas) afirmaram que não havia tido nenhum tipo de relacionamento com os brancos na maloca; e somente 10% (15 pessoas) apontaram um relacionamento negativo com os brancos. Como no caso de uma jovem Wapixana de 18 anos, que veio para a cidade há três anos atrás.

O primeiro branco que eu vi na maloca era um garimpeiro que queria comprar uma galinha e enrolou minha mãe, se aproveitando da ignorância dela sobre o dinheiro. Eu era muito pequena e fiquei com muita raiva daqueles brancos que só queriam se aproveitar de nós.

A alta porcentagem de respostas que confirmam um bom relacionamento com os brancos parece ser contraditória. Os conflitos provocados pela presença de posseiros nas terras dos índios Macuxi, Wapixana, Taurepang e Ingarikó são bem recentes e graves e têm raízes profundas na história da invasão branca.

Esta evidente contradição entre as respostas e a situação real pode ter duas explicações: ou os índios entrevistados não participaram diretamente dos conflitos (muitos moram há anos na cidade); ou a pergunta provocou uma reação de autodefesa, devido à presença do entrevistador branco. Pensamos, de certo modo, que estas duas explicações procedem.

Os índios que moram há muito tempo na cidade aprenderam a conviver com os brancos “pacificamente”.

O relacionamento com o “civilizado” acaba quando eu faço um trabalho para ele. Depois eu fico na minha e ele na dele.

Tabela 16
Expectativas dos entrevistados
na saída para a cidade

Expectativas	Freqüência	Porcentagem
Trabalho	65	43,3%
Mais instrução	31	20,6%
Uma vida melhor	21	14%
Bom atendimento médico	10	6,7%
“Fui obrigada a vir para a cidade”	9	6%
Conhecer a cidade	4	2,7%
Ficar perto da família	4	2,7%
Não respondeu	6	4%
Total	150	100%

Tabela 17
Realização das expectativas

Realização das expectativas	Frequência	Porcentagem
Sim (mas com problemas)	67	44,6%
Não	30	20%
Mais ou menos	31	20,7%
Ainda não sei dizer	7	4,7%
Não, é melhor ir para o garimpo	1	0,7%
Não respondeu	14	9,3%
Total	150	100%

O índio (sozinho ou com a família) carrega também uma série de expectativas que ocupam um papel importante na decisão de sair da maloca e na visão ideal de seu futuro na cidade. “O que esperavam encontrar na cidade?”, foi a pergunta da tabela 16.

A esperança de trabalhar e de melhorar a situação econômica é a mais forte das expectativas, com 43,3% dos casos. Depois vem a busca de instrução: 20,6% dos entrevistados esperam estudar mais morando na cidade. Afinal, um bom trabalho parece sempre mais desejável que qualquer diploma escolar...

A falsa imagem de riqueza e bem-estar na cidade está presente em 14% dos índios, que esperam encontrar uma “vida melhor”, e 2,7%, que queriam conhecer a cidade.

Mais básicas e concretas são as esperanças de conseguir um bom atendimento médico (6,7%) e de ficar perto da família (2,7%).

Nove mulheres admitiram que foram forçadas a sair da maloca contra a própria vontade. É quase um grito de dor e de impotência de pessoas que sempre conviveram com o sofrimento e tiveram que aceitar a cidade.

Vamos verificar também o nível de realização dessas expectativas ao longo dos anos.

Vemos na tabela 17 que 67 índios (44,6%) responderam que realizaram, mesmo com alguns problemas, os próprios desejos e expectativas. Mas é também importante constatar que nas respostas negativas (20,7%) encontra-se uma série de indefinições. Algumas pessoas não responderam, deixando uma clara impressão de pessi-

mismo. As aspirações e a convivência tradicional dos índios chocam-se contra a realidade da cidade, que é impessoal, seletiva e totalmente alheia a seu mundo.

Para verificar esse ponto, devemos ver o resultado das respostas à seguinte pergunta: “São felizes por morarem na cidade?”.

Neste caso mais específico, somente 33% (50 pessoas) afirmaram que estão passando bem na cidade e que, em geral, gostam de morar em Boa Vista; 40,7% (61 pessoas) disseram que não estão encontrando muita felicidade, mas que se acostumaram: “É o jeito”, responderam. E 24% (36 pessoas) afirmaram com clareza que a vida da cidade é ruim e que estão sofrendo por causa das dificuldades enfrentadas diariamente.

A vida não é fácil para os índios. O problema está na própria realidade da cidade. Ela é estruturada pelos brancos e para os brancos. Não há espaço para a manifestação e o desenvolvimento das características e costumes do mundo indígena. O índio têm que reprimir o que o torna diferente para poder sobreviver no meio dos brancos. Desde sua chegada, precisa submeter-se a várias condições, imposições, preconceitos que o limitam sempre, qualquer que seja o lugar ou ambiente que freqüente.

Diariamente se registram, em Boa Vista, casos de abuso de poder por parte das instituições, onde as vítimas são os índios. Nos hospitais, escolas, repartições públicas, eles sempre sofrem discriminações. São episódios diários, sem publicidade, sutis, sem nenhuma reivindicação. Nenhum jornal denuncia essa falta de respeito e as violações dos direitos humanos de que são vítimas. Os casos se repetem: a enfermeira índia que é rejeitada pelos médicos e colegas; o doente grave que fica na frente do hospital porque não tem dinheiro para pagar um médico; a velha Wapixana que continua a limpar as ruas e não recebe aposentadoria; a menina Macuxi de onze anos que já trabalha nas casas dos ricos, sendo utilizada para qualquer tarefa e a qualquer hora do dia. Os preconceitos são enormes, como se vê pelo depoimento desta mulher Macuxi:

A polícia na cidade é pior que no interior. A maioria das vezes pega os índios só por preconceitos. Se eu, índia, moro perto de uma casa de brancos e roubam aquela casa, a primeira a ser acusada sou eu. Falo assim porque isso já aconteceu aqui, nesse bairro.

Com o despertar da consciência de sua própria condição, sua frustração torna-se ainda maior.

Descobri que os brancos da cidade não querem a nossa civilização: a dona da casa onde trabalhava nunca me matriculou em uma escola. Agora fico sem saber ler, nem escrever. Só querem o nosso trabalho, a nossa mão-de-obra. (*mulher Macuxi, 49 anos, há vinte anos na cidade*)

2. Redes de parentesco na cidade e na maloca

Apesar de todas as ameaças e ataques da sociedade urbana, a cultura indígena não pode ser totalmente anulada em pouco tempo. O mundo onde o índio nasceu e se criou é uma parte dele e, mesmo em um ambiente estranho como a cidade, ele sobrevive e reproduz alguns aspectos característicos de sua cultura original, às vezes adaptados à nova situação. A própria cultura é utilizada pelos índios da cidade até como estratégia de sobrevivência.

Na difícil tentativa de adaptação aos modelos de vida da sociedade branca, eles tentam manter viva na cidade parte das tradições ancestrais. As manifestações da tradição indígena original são cuidadosamente protegidas pelos que vivem na cidade, representando a parte mais íntima e autêntica desse processo de transformação cultural.

Um aspecto importante da continuidade discreta da cultura de origem na cidade é a variedade de relações com outros índios do mesmo povo em Boa Vista e a ligação com a própria maloca de origem. Este relacionamento é mais forte e profundo com a própria família e com os parentes mais próximos (tios, primos etc.).

Para analisar esta dinâmica, perguntamos aos entrevistados onde viviam os familiares. A tabela 18 apresenta a localização dos parentes mais próximos do entrevistado.

A maioria dos familiares já vive em Boa Vista (58%); desses, 16,7% (25 casos) moram só na cidade, e os outros 41,3% (62 casos) dividem-se entre a cidade e a maloca. Dos entrevistados, 38% têm todos os familiares morando na maloca.

A rede familiar, que ainda se mantém coesa, constitui a base para sua sobrevivência na cidade, sendo fundamental para as

Tabela 18
Lugar de moradia das famílias dos entrevistados

Residência	Frequência	Porcentagem
Moram no interior	57	38%
Moram na cidade	25	16,7%
Moram na cidade e no interior	62	41,3%
Moram em outros estados	6	4%
Total	150	100%

ligações tradicionais com o próprio povo. A família representa para os índios urbanizados seu mundo, sua cultura, seu povo.

A análise dos dados mostra também que os Wapixana têm o maior número de parentes que continuam morando na maloca (44% dos Wapixana têm parentes na maloca, contra 42% dos Macuxi). Por isso podemos afirmar que a migração no caso do Macuxi envolve muito mais o grupo familiar. Os Wapixana, devido à menor distância da cidade, parecem migrar de uma forma mais individual, voltando regularmente às malocas por períodos mais ou menos longos, para se encontrarem com a família.

Nas tradições dos povos que vivem no lavrado, o parentesco ocupa um lugar importante em termos sociais, econômicos e culturais. O parente tem um valor especial e isso não se reduz só às pessoas da família restrita (pai, mãe, irmãos), mas inclui também os parentes de segundo, terceiro e até quarto grau. Por isso, devemos considerar importantes esse tipo de relações, que abrange às vezes a maloca inteira.

Partindo desta consideração, a tabela 19 apresenta a relação que o migrante tem na cidade com pessoas da mesma maloca.

Dos entrevistados, 43,3% conhece e encontra índios da mesma maloca de origem; 19,3% conhece os "parentes", mas não pode encontrá-los porque moram longe — em bairros periféricos, em áreas de pouco transporte urbano — ou trabalham o dia todo e nos finais de semana ficam em casa, descansando. São 10,7% os que conhecem indígenas da mesma maloca, mas se encontram somente com os familiares (no sentido mais estrito

Tabela 19
Relações em Boa Vista com índios
da mesma maloca de origem

Tipo de relações	Freqüência	Porcentagem
Conheço e me encontro com eles	65	43,3%
Conheço, mas converso só com os familiares	16	10,7%
Conheço, mas não posso me encontrar com eles	29	19,3%
Não conheço ninguém da maloca de origem	40	26,7%
Total	150	100%

Tabela 20
Tempo de permanência na cidade e relações
entre índios da mesma maloca (em Boa Vista)

Permanência	Relação 1	Relação 2	Relação 3	Relação 4
Até 1 ano	10 (15,4%)	4 (25%)	2 (6,8%)	7 (17,5%)
2 a 3 anos	6 (9,3%)	1 (6,3%)	3 (10,4%)	5 (12,5%)
4 a 10 anos	23 (35,3%)	4 (25%)	7 (24,2%)	11 (27,5%)
11 a 20 anos	17 (26,2%)	4 (25%)	9 (31%)	13 (32,5%)
Mais de 20 anos	9 (13,8%)	3 (18,7%)	8 (27,6%)	4 (10%)
Total	65 (100%)	16 (100%)	29 (100%)	40 (100%)

Relação 1: "Conheço e me encontro com eles."

Relação 2: "Conheço, mas só converso com os familiares."

Relação 3: "Conheço, mas não posso me encontrar."

Relação 4: "Não conheço ninguém."

da palavra). Mais de 26% não conhecem ninguém da maloca de origem.

Assim, pode-se verificar o grande intercâmbio que ainda existe entre habitantes da mesma maloca (110 casos, 73,3%). As pessoas talvez não se freqüentem mais, mas se conhecem. Os indígenas

que não conhecem ninguém da própria maloca (40 casos) poderiam demonstrar que a migração indígena para a cidade é variável e, de outra parte, muitos que são recém-chegados ainda não refizeram sua rede de parentesco.

Ficam ainda algumas questões: o tempo de permanência na cidade influi nas relações com índios da mesma maloca de origem?; até que ponto a vida dispersa na cidade quebra os laços familiares? Achamos o tema muito importante para verificar a manutenção da rede de parentesco que, como já explicamos, representa o principal elo de ligação com a cultura de origem. Cruzamos os dados sobre o tempo de permanência na cidade com os dados das relações entre índios da mesma maloca (tabela 20).

As ligações entre índios da mesma maloca diminuem com o passar do tempo na cidade. Aquilo que parece ser mais frágil é a relação direta de colaboração, permanecendo apenas o simples conhecimento da presença nos bairros de "parentes" da mesma maloca. Para confirmar isso, 84% dos índios que moram de quatro a dez anos em Boa Vista conservam ainda muitas ligações com os "parentes" na cidade, assim como aqueles que têm de onze a vinte anos de vida urbana (83%). Fazem parte desse último grupo aqueles que apenas sabem da existência de outros parentes.

Paralelamente às relações na cidade, é importante analisar a conservação de contatos com o interior. Quantos índios continuam mantendo um contato com a maloca de origem? A tabela 21 ilustra o tema a partir das respostas dos entrevistados.

Tabela 21
Relação com a comunidade de origem

Tipo de relação	Frequência	Porcentagem
Nunca voltei à maloca	70	46,7%
De vez em quando (2 ou 3 vezes por ano)	37	24,7%
Sempre visito os parentes do interior	40	26,6%
Passamos 4 a 5 meses no interior	3	2%
Total	150	100%

As respostas podem ser divididas em dois grupos, mais ou menos equivalentes:

1) há índios que nunca mais voltaram à maloca de origem — 46,7% (70 casos);

2) os outros continuam mantendo relações periódicas com a aldeia onde moravam antes de vir para Boa Vista — 53,3% (80 casos).

Desses últimos, 26,6% (40 casos) visitam regularmente os parentes no interior. Com uma frequência menor, 24,7% (37 casos) se encontram com os parentes duas a três vezes por ano (durante as férias, no Natal etc.). E 2% dos entrevistados (três casos) estão marcados pelos ciclos sazonais: passam quatro a cinco meses no interior durante o período de seca e o resto do ano, na cidade. Esse elemento é indicativo de uma ligação com a maloca que é muito mais profunda que a simples visita aos parentes, pois envolve o cultivo da roça, a criação de animais, entre outros. Assim testemunhou uma mulher Macuxi:

Sempre volto por lá. Passo no interior quatro a cinco meses e depois volto para a cidade. Muitas vezes tenho saudade da vida do interior, saudade de fazer as coisas que eu fazia antes: carregar mandioca, no jamaxim, ralar mandioca, fazer o beiju bem fininho como eu gosto de fazer, tapioca. (...) Meu irmão é tuxaua.

O último exemplo comprova que os índios preservam as relações familiares não somente em função da sobrevivência cultural — afirmando a própria identidade indígena —, mas também para procurar meios de subsistência econômica que compensam as enormes dificuldades da cidade.

Existe também um verdadeiro comércio de compra e venda de alimentos, do interior para a cidade. Às vezes o fluxo é duplo: cidade-maloca-cidade, através da troca de produtos da cidade com alimentos produzidos nas roças, como demonstra a experiência deste índio Macuxi:

Sim, compro farinha, frangos, verduras. Compro as coisas com o sistema de “troca”. Eles já conhecem os preços de Boa Vista e pedem cifras absurdas, um dinheirão. Assim eu levo roupa daqui e troco por frangos, farinha. Sai muito mais barato pra mim. Eles não percebem o valor real das coisas e gostam dos objetos da cidade.

Tabela 22
Canais de abastecimento de produtos entre a cidade e a maloca

Tipo de relação econômica	Frequência	Porcentagem
Trago farinha e outros produtos do interior	65	43,3%
Compramos a comida em Boa Vista	67	44,7%
Compro produtos no interior trocando com produtos da cidade	6	4%
Os parentes trazem produtos do interior	9	6%
Não respondeu	3	2%
Total	150	100%

Os parentes do interior que vêm à cidade trazem beiju, goma, castanhas, farinha, bananas, mandioca. Uma parte dos alimentos é oferecida aos familiares mais próximos em troca de produtos que não se encontram no interior, como sal, café, óleo, sabão, açúcar, pilhas etc.

Um canal de abastecimento com o interior é também representado pela Feira dos Produtores em Boa Vista. Os índios, especialmente os Wapixana, como qualquer outro colono que possua carteira de produtor fornecida pela prefeitura municipal de Boa Vista, podem vender os próprios produtos na feira. Os preços são mais baixos que em outros mercados e os índios da cidade aproveitam bastante desta vantagem.

Vamos abordar agora a ligação do tipo econômico que existe entre os índios da cidade e do interior. Perguntamos aos entrevistados onde eles compram os alimentos e os produtos básicos.

A maioria, 53% (80 casos), compra produtos no interior ou do interior (os parentes trazem: 6%). A ligação econômica com a maloca significa também sobrevivência e o alto custo dos produtos alimentares da cidade não permite uma alimentação variada e suficiente. Além disso, o garimpo fez os preços em Boa Vista subirem a níveis proibitivos. Comprar na maloca representa, muitas vezes, a única alternativa para sair da fome e da desnutrição. Por outro lado, 44,7% (67 casos) compram comida apenas na cidade.

Observamos que inicia-se uma lenta e progressiva mudança dos hábitos alimentares nos índios que vêm para a cidade. Começam a introduzir produtos típicos da dieta ocidental, como refrigerantes, bolachas, doces, sorvetes, chicletes etc. Isto está acontecendo especialmente com os jovens. Uma mulher Macuxi explicava que seu filho não queria mais voltar à maloca porque “estranhava” a comida do interior, achando-a muito pesada e diferente.

O costume de comer produtos industrializados, de baixo conteúdo protéico mas ricos de aditivos químicos e artificiais, provoca quase sempre problemas de desnutrição, doenças intestinais e cáries dentárias. Os postos de saúde dos bairros da periferia registram diariamente casos de meninos índios subnutridos.

3. A continuidade da cultura de origem na cidade

Dois mundos diferentes. De um lado o universo indígena: a vida na maloca, os parentes, as tradições, a natureza, o caxiri, a parixara, o pajé, sem esquecer os conflitos, a luta pela terra e a pobreza. De outro, a cidade: a vida dos “civilizados”, o comércio, as luzes, os carros, a televisão; também a exploração, a violência, o alcoolismo, a prostituição, a discriminação que os considera “bichos”, “caboclos”, a “gíria” (sua língua) e o panorama miserável da periferia.

Na vida dos índios que escolheram a cidade esses dois mundos sempre entram em conflito. Por isso encontra-se, de um lado, a tentativa dos indígenas de continuarem vivendo a cultura de origem, condição necessária para não perderem a identidade; e, de outro lado, a pressão que a vida da cidade exerce sobre eles para que a abandonem.

A pressão é forte e contínua. Não é possível viver na cidade sem entrar, pelo menos em parte, no esquema social e cultural dos brancos. É uma questão de sobrevivência. Os índios descobrem a vida social urbana e assumem suas regras, comportamentos e modelos. Desde a chegada na cidade, eles têm que se conformar em morar em espaços restritos e limitados, obedecendo às regras da “convivência civilizada” e assumindo ritmos e divisões do tempo totalmente alheios a suas tradições.

Para eles não é fácil enfrentar no dia-a-dia a pressão da cultura branca e, ao mesmo tempo, conservar as tradições da cultura

indígena, inclusive pela impossibilidade de manter certas condições típicas da vida na maloca. Em um dos primeiros encontros, uma mulher Macuxi afirmou que não era mais possível viver na cidade como "índios":

Em Boa Vista não posso fazer as coisas que eu fazia na maloca. Não posso preparar o "caxiri", cozinhar a "damorida", carregar lenha com o "xamaxim", ralar a mandioca.

Os índios na cidade podem conservar a própria identidade através da rede de parentesco, mas não conseguem mais manter os hábitos, as tradições, enfim, os gestos do cotidiano que caracterizam a cultura indígena. O aspecto material dessa cultura é o primeiro a ser atingido. Na cidade o índio não caça, não pesca, não trabalha na roça. O tuxaua Neto, da maloca do Barro, falou durante uma reunião:

Aqui, na cidade, os índios precisam de documentos e carteira. O nosso documento, no interior, é a nossa cultura.

Um outro elemento que é atingido rapidamente no choque com a sociedade urbana é a língua indígena. Não poderia ser diferente: é uma das primeiras condições para a sobrevivência deles. Não é possível morar na cidade sem falar o português. Em qualquer tipo de relação com a sociedade brasileira, é necessário o uso da língua. No trabalho, é indispensável saber usar corretamente o português, para evitar uma exploração ainda maior (como no caso dos guianenses que migraram para Roraima) e para desenvolver relações sociais e humanas. Os índios consideram um avanço social, uma conquista, saber falar bem o português. Por isso, em casa se continua a falar a "língua dos brancos", especialmente com os filhos. Nas escolas, apesar das falhas, os meninos podem aprender melhor o português, e o sucesso nos estudos depende também do uso correto da língua. Não é sem razão que a grande maioria de jovens indígenas não consegue completar os estudos e têm muita dificuldade para entender o currículo e a didática escolar.

A pobreza lingüística no uso das palavras e a incapacidade de uma razoável comunicação verbal impede o avanço no mundo da escola e a obtenção de um nível de vida digno. Por outro lado,

Tabela 23
Língua indígena e
continuidade de uso na cidade

Categorias	Frequência	Porcentagem
Não falo a língua indígena	79	52,6%
Falo a língua indígena	49	32,7%
Não falo mas entendo	22	14,7%
Total	150	100%

a língua é um dos traços mais marcantes de uma pessoa com a tradição de seu povo. Em geral, a língua e a cultura indígena são os elementos básicos da identidade étnica. Por esse motivo os brancos, em seu projeto de conquista, procuram logo destruir as línguas indígenas.

No caso específico de Roraima, o desprezo se manifestou pelo uso da palavra *gíria* para indicar a língua indígena. *Gíria*, em português, significa linguagem popular, vulgar, e não uma língua, onde se vê, pois, a carga negativa que contém essa palavra. Até os próprios indígenas utilizam esse termo quando se referem à sua própria língua, principalmente os menos conscientes. Dizem que “falam *gíria*” ou apontam os “parentes” como “aqueles que falam *gíria*”.

Convém observar que o fato de alguém não falar a língua indígena não significa que tenha perdido definitivamente o seu uso. Fica a pergunta: quantos índios na cidade ainda conservam a própria língua?

A maioria dos entrevistados (52,6%) não fala mais a língua materna. São 32,7% (49 casos) os que continuam a falar uma ou duas línguas com os familiares e com outros parentes e amigos. Em uma situação intermediária estão 22 pessoas (14,7%) que admitiram compreender a língua indígena materna, mas não têm condições de se comunicar através dela.

Esses últimos casos são significativos porque explicam o processo de transição da língua indígena para o português. A perda do uso cotidiano da língua materna e a imposição da língua

“oficial” da cidade acabam provocando o anulamento total da primeira.

Confrontando esses dados com o período de permanência na cidade, observamos que o tempo é um elemento que tem grande influência no processo da perda da língua de origem. Quanto mais o tempo passa, menos os índios da cidade falam a própria língua. Por exemplo, de quinze entrevistados com dois ou três anos de vida urbana, apenas nove não falam a língua materna (60%). Entre os que estão em Boa Vista de quatro a dez anos, existem dezenove casos de índios não-falantes (24%), catorze casos de falantes (28%) e dez casos de índios que só entendem, mas não falam (45%).

É interessante também descobrir que entre os indígenas que têm apenas um ano de cidade, a metade sequer havia aprendido a própria língua na maloca. Infelizmente para eles, o fenômeno da perda das tradições indígenas e do uso da língua já começou no interior. A vida na cidade apenas acentuou o processo de destruição cultural que atingiu esses povos do lavrado desde a chegada dos primeiros invasores brancos. De fato, nas malocas a tendência geral é de se falar muito mais o português do que a língua indígena.

Entretanto, a situação varia em cada maloca, dependendo da posição geográfica, da força “política” da comunidade e da presença de escolas indígenas. A partir dos últimos dez anos, muitas comunidades indígenas se juntaram na defesa de suas terras e suas tradições.

A língua dos “civilizados” é emprestada, não é nossa. (*Tuxaua Joaquim, maloca do Taxi*)

Mas o estrago é grande e muitos índios não falam mais a própria língua, especialmente os jovens. Para identificar entre os entrevistados as etnias que mais sofreram a diminuição do uso da língua, na tabela 24 cruzamos os diferentes povos representados na pesquisa com a tabela do uso da língua.

Entre os não-falantes, há 55% de Macuxi, 50% de Wapixana e 25% de Taurepang, Ingarikó e de outros povos. A mesma proporção é encontrada entre os que falam a língua. Apenas um Macuxi e um Wapixana falam mais de uma língua. Conclusão: nos casos estudados, a etnia de origem não tem uma influência

Tabela 24

Crise de língua indígena e etnia de origem

Uso da língua	Macuxi	Wapixana	Outros	Total
Não fala a língua	55 (55%)	23 (50%)	1 (25%)	79
Não fala mas entende	14 (14%)	7 (15,3%)	1 (25%)	22
Fala a língua	30 (30%)	15 (32,6%)	2 (50%)	47
Fala mais de uma língua	1 (1%)	1 (2,1%)	-	2
Total	100 (100%)	46 (100%)	4 (100%)	150

particular na conservação da língua. Esse processo de perda da língua parece influenciar, com a mesma intensidade, todas as áreas indígenas do lavrado.

Quando perguntamos aos entrevistados se falam a língua quando voltam à maloca, os resultados foram os mesmos: 54,7% não falam a língua com os parentes na maloca; 32,7% falam a língua indígena e 9,3% só entendem alguma coisa. Apenas 3,3% (5 índios) especificaram que não sabem falar e quando voltam à maloca encontram parentes que só falam a língua indígena, não conseguindo assim se comunicar.

Podemos concluir que a imposição lingüística acontece em períodos razoavelmente longos: não se esquece a língua de origem de um dia para outro, mesmo se a substituição pelo português é uma escolha pessoal, motivada por uma série de fatores externos. Em todo caso, existem também na cidade índios que continuam a usar a própria língua de origem com os familiares e parentes.

Sim, falo a língua Macuxi. Eu não tenho vergonha de falar também na frente dos meus filhos. (*Macuxi de 34 anos, há seis anos na cidade*)

A sociedade branca não impõe diretamente o abandono da língua, mas exerce uma pressão generalizada em todos os setores da vida social, que finalmente os obriga a adotar a língua "civil-

zada'' no trabalho, na escola e nas relações sociais. Falar português é condição prioritária para não sofrer discriminação.

Vamos agora comparar o uso da língua indígena com a idade dos entrevistados. Os que mais usam a língua de origem têm de 20 a 40 anos de idade. Entre as pessoas com mais de 40 anos predomina o número daqueles que só entendem e que estão numa fase de transição de uma língua para outra. Uma coisa é certa: a primeira geração de emigrantes utiliza mais a língua de origem como elemento de conservação da própria identidade étnica. Existe uma exceção: os jovens que já haviam perdido sua língua materna, antes de chegar na cidade.

A segunda geração encontra-se em uma situação mais crítica: eles vivem um conflito entre as duas culturas (a indígena e a branca) e o uso em público da língua indígena atrapalharia esse processo de assumir a nova identidade.

Assim, a língua, um dos mais evidentes e explícitos aspectos culturais, é também um dos primeiros a ser perdido. Será que os índios da cidade deixam "estrategicamente" de falar a língua indígena para manter, de maneira escondida, a própria identidade indígena como forma de resistência ao ambiente hostil da cidade?

4. Perspectivas para os migrantes indígenas em Boa Vista

O governo brasileiro, há anos, está executando um definido plano para "resolver" o problema indígena: a sua total e rápida integração à sociedade brasileira. Essa ideologia não é limitada somente às cidades, mas abrange também as áreas mais longínquas. Em Roraima, estão sendo criadas condições para converter as malocas do interior em vilas ou agrovilas. O objetivo é a formação de uma sociedade "civil" organizada, na qual possam ser aplicadas as mesmas regras de convivência urbana da capital, mesmo em condições as mais difíceis.

Para o governo, o índio pode representar um perigo, quando é organizado e caracterizado como povo diferente. A política oficial busca a total "fusão" dos índios à nossa sociedade. Nunca os políticos e os governantes de Roraima se preocuparam com as peculiaridades e as diferenças das populações indígenas, que passam por um processo de integração. Só se quer utilizar a força de trabalho que os índios oferecem em troca de garantias mínimas

de sobrevivência. Políticos e governadores se preocupam apenas com o potencial eleitoral dos índios. Presentes, subornos, ameaças, politicagem e cachaça entram nas malocas e nos bairros pobres de Boa Vista todas as vezes que se aproxima um pleito eleitoral.

Os políticos só sabem comprar os índios com galletos estragados e roupa velha e suja. Ontem passou na frente de casa um caminhão de propaganda eleitoral que distribuía roupas usadas. Para não falar no interior: lá compram todos os homens com o "negócio" da cachaça e dividem comunidades e lideranças. (*Índia Macuxi que mora no bairro Asa Branca*)

Os índios não confiam nos políticos locais, mas aceitam o paternalismo e a demagogia que usam para conseguir mais votos, até com ameaças, como explica esse Macuxi desempregado:

Os políticos falam com os índios dizendo: "Vote em mim, pois vou saber depois se você votou em mim ou em outros candidatos. Eu posso ajudá-lo a arrumar um trabalho".

A condição dos indígenas é aquela do miserável que pede ajuda, esmolas, a preço de humilhações e baixarias. Nada muda na situação crônica de inferioridade e exploração em que vivem os índios da cidade.

As raízes desse processo se encontram no interior, na vida da maloca, na quebra daquele equilíbrio que era próprio da vida das comunidades indígenas. Atualmente as malocas estão enfrentando graves problemas de degradação cultural e social. O contato com os brancos que moram na área, a introdução de escolas e, mais recentemente, a entrada de políticos, criam divisões e problemas internos que podem se arrastar durante anos. Muitas vezes os conflitos acontecem entre gerações: os jovens não aceitam mais a cultura dos pais, a própria comunidade se desentende com a entrada de forças externas e opostas e com o enfraquecimento dos líderes das aldeias.

Essa crise de valores também influencia a migração. O índio não encontra mais na comunidade a força para enfrentar seus problemas e dificuldades. Vai embora, então, na ilusão de encontrar uma vida melhor.

Para atualizar esse processo de perda dos valores humanos e sociais, é necessário considerar, agora, o fenômeno do garimpo, que chega a transformar até o ambiente físico da maloca.

As precárias condições econômicas levaram muitos índios para o garimpo em busca de um ganho fácil. Os Macuxi e Wapixana que foram garimpar conheceram as condições desumanas de trabalho, a violência e a corrupção do garimpo. Muitos não voltaram mais, vítimas de doenças, assaltos ou vinganças pessoais. Para os que voltaram, "bamburrados" (enriquecidos) ou "blefados" (sem encontrar nada), a cidade representa, na maioria dos casos, a única solução de vida depois de tais experiências.

Antes de analisar os dados relativos às aspirações futuras, examinamos o que os entrevistados acham da vida na maloca, pois, entre as perspectivas futuras dos índios da cidade, poderia também existir a possibilidade de voltar à maloca de origem, depois de uma possível decepção na cidade.

A tabela 25 registra o conhecimento da vida atual da maloca por parte dos índios que moram na cidade. Dentre 150 entrevistados, 4,7% (7 casos) não responderam e 23,3% (35 casos) não conhecem mais a situação de vida na sua maloca de origem.

Percepções	Frequência	Porcentagem
Não conhece a situação	35	23,3%
Os parentes vivem bem sem graves problemas	38	25,3%
Problemas de invasões	36	24%
Pobreza	25	16,7%
Falta de escolas, postos de saúde, comunicações	4	2,7%
Problemas de liderança, "luta" de religião	3	2%
Garimpo, bebida, corrupção	2	1,3%
Não respondeu	7	4,7%
Total	150	100%

Desse grupo fazem parte aqueles que interromperam definitivamente o relacionamento com a maloca. O mundo indígena do interior existe, mas eles têm um novo horizonte, novas aspirações. O universo cultural da maloca não faz mais parte dos projetos deles.

Somente 25,3% (38 casos) admitiram que a vida na maloca é boa, sem graves problemas. Eles fizeram uma específica referência aos parentes que atualmente vivem bem na maloca. Ao contrário, a maioria dos índios entrevistados têm uma visão negativa da vida da maloca, com uma clara percepção dos problemas existentes.

Problemas ligados às invasões das terras indígenas são denunciados por 24% dos entrevistados (36 casos). Muitos índios que vivem em Boa Vista conseguem obter informações atualizadas por meio do Conselho Indígena de Roraima (CIR) e da Associação dos Povos Indígenas de Roraima (Apir), que denunciam à opinião pública os conflitos de terra, as violências e as graves violações contra os direitos dos índios.

A visão dos problemas das malocas é também fruto das viagens periódicas que os índios da cidade fazem para o interior ou da lembrança viva das motivações que os forçaram a emigrar para a cidade. É o caso de um Wapixana de 45 anos, há oito meses na cidade.

Existem muitos problemas no interior, até mais que na cidade. O branco não deixa pescar, caçar e vai tirando pedaços da nossa terra. Nós não queremos abandonar a nossa terra, a nossa cultura, mas como podemos continuar a ser índios se os brancos querem acabar com a gente?

Entre os maiores sofrimentos enfrentados na vida da maloca, a pobreza representa a maior causa de insatisfação. Dos entrevistados, 16,7% (25 casos) indicaram a pobreza como o problema principal. As secas freqüentes, a redução da caça e pesca, a baixa produtividade do lavrado levam a uma vida feita de restrições, fome e miséria.

Observando a tabela 25, encontramos porcentagens menores quando se trata de falta de escolas e postos de saúde e de

possibilidade de comunicações (estradas, telefones etc.): 2,7% (4 casos).

Em nível de problemas mais internos à maloca, 2% dos entrevistados (3 casos) se queixa das "guerras de religião" entre católicos e crentes e da descaracterização das lideranças, como conta uma mulher Macuxi de 52 anos, com oito anos de vida urbana:

Nunca voltei. Sei que na maloca agora está morando um tuxaua que não presta e não está ajudando os parentes; ele só está interessado em seus negócios. A nossa é uma área demarcada. Antigamente o tuxaua era como o presidente da República, na maloca era ele que mandava. Hoje não tem mais autoridade e se entregou completamente aos brancos e aos interesses deles.

Somente em 1,3% das indicações aparecem problemas que já se aproximam dos males da sociedade branca: o dinheiro, o garimpo, a corrupção, a bebida alcoólica.

É interessante observar como as características negativas, elencadas na tabela, coincidem com algumas das motivações que favorecem a migração para a cidade (tabela 15). A situação de pobreza, os problemas com os fazendeiros, a entrada de elementos brancos que quebraram o equilíbrio da maloca, a falta de atendimento médico estão bem presentes no pensamento e na postura dos índios da cidade. São problemas que ainda não encontraram uma solução.

O tempo de permanência na cidade não parece influenciar a visão que os índios têm da vida da maloca. Para quem vive há mais de vinte anos na cidade, na maloca existem problemas de invasão (16,6%), falta de serviço (4,1%) e pobreza (16,6%).

São praticamente as mesmas preocupações de quem saiu recentemente da maloca (de um a três anos): 6,6%, problemas de invasão; 26,6%, pobreza; 13,5%, falta de serviço.

Mas quais são as verdadeiras aspirações dos índios da cidade, as perspectivas para o futuro mais próximo? Fizemos aos entrevistados essa pergunta, muito importante para descobrir como é realmente a vida dos migrantes indígenas em Boa Vista.

Tabela 26
Expectativas para o futuro

Categorias	Freqüência	Porcentagem
Continuar a morar aqui	75	50%
Voltar para o interior	18	12%
Estudar para ter boa profissão	10	6,6%
Não existe futuro pra o índio	5	3,3%
Garimpar, ganhar dinheiro	7	4,7%
Viajar, sair do Brasil	4	2,7%
Trabalhar para meu povo	4	2,7%
Não sei o que responder	27	18%
Total	150	100%

Antes de apresentar os dados, queremos dizer que a pergunta refere-se às perspectivas individuais das pessoas e não como grupo de índios migrados.

Somente 12% dos entrevistados (18 casos) pensa em voltar a viver na maloca. Todos os outros não acham mais possível voltar para o interior e pensam em outras alternativas.

Continuar a morar na cidade é a opção maior: 50% das respostas (75 casos). Não é feita nenhuma previsão de outras possíveis alternativas de vida. São 6,6% (dez casos) os que querem sair da situação que estão enfrentando e indicam a escola como meio para conseguir uma boa profissão. A melhoria econômica é também o objetivo primário de 4,7% (sete casos), que desejam ir para o garimpo. E 2,7% (quatro casos) pensam até em sair do Brasil para resolver seus problemas, visando uma hipotética fuga do mundo racista dos brancos.

Os líderes indígenas querem continuar a lutar em favor dos povos indígenas, mas são uma minoria quase inexpressiva: 2,7% (quatro casos). Os dados que mais representam o atual estado de precariedade e de infelicidade em que estão vivendo os índios da cidade são daqueles que responderam que “não existe futuro para o índio” (3,3%) e dos 18% (27 casos) que não responderam nada. O futuro ou as possibilidades para um futuro sereno são reservados aos que têm uma estabilidade econômica, social e até étnica.

Tabela 27
Motivações para não voltar à maloca

Motivações	Frequência	Porcentagem
Gostaria de voltar, mas não tem condições	37	75,5%
Gostaria, mas meu companheiro(a) não gosta	6	12,3%
Não posso mais voltar porque não me aceitariam	1	2%
Não existe futuro para o índio	5	10,2%
Total	49	100%

Os índios da cidade estão vivendo na precariedade total, até em sua própria identidade. Para compreender melhor a visão negativa do ambiente de origem, examinamos as explicações daqueles que disseram não querer mais voltar para o interior (49 pessoas).

Conforme a tabela 27, 37 índios da cidade (75,5%) explicaram que até gostariam de voltar, mas que não existem as condições necessárias. Entre os requisitos indispensáveis, foram apontados: melhor condição econômica, terra mais fértil (é melhor o mato que o lavrado), vida sem conflitos, e até um tuxaua melhor, como falou um jovem de 23 anos:

Olha, eu até gostaria de voltar. Só que não gosto do tuxaua de lá. Não gosto que ele mande em mim.

É importante verificar como entre as condições necessárias para um possível retorno à maloca encontramos a superação das falhas, a volta ao equilíbrio tradicional da vida da maloca. Os “perdidos”, como são chamados os índios da cidade, estão lançando uma mensagem, quase um grito.

Se a ordem natural da vida da maloca fosse restabelecida, se os índios voltassem a viver como índios, nós voltaríamos.

Um outro problema foi levantado pelas seis índias que se casaram com homens brancos ou de outra etnia. A afirmação que elas fizeram é uma prova de que não perderam completamente a própria identidade étnica depois da estreita relação com uma outra cultura. Elas se sentem ainda índias, mesmo excluindo qualquer possibilidade de voltar a viver na maloca.

A amarga resposta “Não existe futuro para o índio” é o pensamento de 10,2% (cinco casos).

Uma índia Wapixana de 60 anos, explicou com clareza porque não poderia mais voltar para o interior. Ela veio para a cidade quando tinha cinco anos de idade e foi criada em casa de uma família branca.

Eu não poderia mais voltar para a maloca porque lá os índios não me aceitariam. Agora eu sou “civilizada” e tenho um jeito diferente de viver, eu também não me acostumaria. Quero mais limpar a casa, fazer comida, ter vestidos.

Sobre o tema do futuro, há possibilidade também de outros aprofundamentos. Um aspecto importante do futuro, na opinião dos pais, refere-se ao destino dos próprios filhos. Entre as motivações de muitos migrantes indígenas existe a questão dos estudos e de uma melhor instrução para os filhos.

Em nível geral, os pais acham que os filhos se adaptaram à cidade (78,6%), em alguns casos com a justificação da pouca idade dos filhos (6,1%). Somente nove pais (8,1%) admitiram que a integração dos filhos à cidade é precária por questões de trabalho e bebida. Quatro índios responderam que os filhos não se adaptaram bem, como disse esse pai Macuxi, de 37 anos, há oito na cidade:

Eu acho que meu filho não se adaptou bem na cidade. Ontem descobri que ele nos enganava. Pra nós dizia que ia à escola, mas na realidade passeava com amigos e brincava perto do rio. Ele tem só dez anos.

A expressão *civilizado* é usada para indicar os brancos, ou os índios que vivem há muito tempo em Boa Vista. Mas a colocação genérica da boa adaptação à vida da cidade nem sempre corresponde à realidade do processo de integração à sociedade. Nes-

Tabela 28

Avaliação da vida na cidade para os filhos

Categorias	Freqüência	Porcentagem
É melhor a vida na cidade	68	60,7%
É melhor a vida na maloca	24	21,4%
É melhor a cidade para os estudos e a maloca para viver	17	15,2%
Não sei dizer	3	2,7%
Total	112	100%

se sentido, os dados da tabela 28 explicam o que os pais acham da vida da cidade e da maloca.

A vida da cidade é melhor para 60,7% dos pais entrevistados. A cidade oferece escolas, trabalho, enfim, a “civilização”. Uma vida melhor em todos os sentidos. Essa não é a opinião de 36,6% dos pais, que acham melhor a vida na maloca para os filhos. Uma jovem Macuxi explica:

Para os filhos, acho que seja melhor a vida da maloca, porque é mais livre, mais tranqüila, sempre em contato com a natureza. Eles aprendem também a viver em comunidade com os outros parentes.

Entre os que acham melhor a vida da maloca, 15,2% (17 casos) admitem que a cidade é melhor para os estudos dos filhos, mas não para viver. A vida da maloca é mais saudável, em todos os sentidos. Uma mulher Macuxi conta a própria experiência:

Para meus filhos posso dizer que a vida na cidade é melhor só por causa das escolas, mas aqui os maiores aprenderam a beber, a pensar somente nas festas, a sair a noite inteira. Talvez, por isso, era melhor continuar morando no interior.

Há também alguns que não sabem o que responder (2,7%), evidenciando dúvidas, confusões e a falta de um referencial étnico, como é o caso de uma mãe Taurepang, de 39 anos, há nove em Boa Vista.

Não sei dizer. Tenho filhas que moram no interior (do primeiro marido) e filhas que moram na cidade. Todas estão passando bem. Eu levava sempre minhas filhas solteiras à maloca, mas nenhum rapaz se dava com elas. Parecia que eles não aceitavam que elas fossem de um outro povo. Assim se casaram todas com brancos e pretos do Rio de Janeiro.

Na tentativa de conhecer um pouco mais o pensamento dos pais em relação ao futuro dos filhos, perguntamos diretamente se eles gostariam que os filhos fossem viver na maloca. Foram 68,7% os que afirmaram que gostariam muito que os filhos voltassem a viver no interior. Quem sabe, poderia ser um sinal da vontade de querer transmitir aos filhos a experiência negativa da vida na cidade?

Entre os pais, 14,3% não têm dúvidas: "Eles nunca voltarão à maloca, agora já se acostumaram aqui". Há ainda 13,4% que são indiferentes à questão — "Para mim tanto faz" —, admitindo a impossibilidade de influenciar a escolha.

O futuro dos filhos é um problema que fica em aberto. É que os filhos vivem de uma forma dificilmente compreensível para os pais. Parece que tudo caminha sem um rumo bem definido, que tudo seja precário.

Concluimos nossa análise com um tema de caráter mais geral. Queremos saber o que os entrevistados acham do futuro destino dos índios residentes em Boa Vista. Consideramos como índios o grupo étnico em sua totalidade, sem diferenciar ou especificar povos.

No desenvolvimento do trabalho analisamos características, problemas, vida e aspirações dos índios que moram em Boa Vista. Agora se trata de saber se os entrevistados têm a consciência de representarem um conjunto relativamente homogêneo de povos, com os mesmos problemas e as mesmas dificuldades de integração no mundo da cidade. Por isso perguntamos a todas as pessoas quais são as perspectivas para os índios que moram em Boa Vista (tabela 29).

Podemos considerar cinco grupos de respostas:

1) Os índios da cidade não têm perspectivas futuras, sem instrução e profissão estável (30%). Nesse caso, há apenas duas saídas: ou virar "branco" ou voltar para o interior.

Tabela 29
Perspectivas para os índios
que moram na cidade

Perspectivas	Frequência	Porcentagem
Os índios devem "civilizar-se"	57	38%
Não há perspectivas para o índio na cidade	38	25,3%
Único futuro é morar na cidade	8	5,3%
Nunca o índio terá boas perspectivas	7	4,7%
Deveriam ser criadas melhores condições no interior	10	6,7%
Não sou índio, sou "brasileiro"	4	2,7%
Não sei responder	26	17,3%
Total	150	100%

2) O único futuro do índio é morar na cidade (5,3%). Não se pode continuar morrendo de fome na maloca. A cidade oferece melhores garantias de sobrevivência. Nesse bloco de respostas incluímos também o grande número de índios que são a favor da "civilização". Para eles isso significa estudar e trabalhar. O estudo é necessário para se ter boas perspectivas e um futuro digno. O trabalho permite melhorar as próprias condições econômicas e, conseqüentemente, alcançar novas perspectivas de vida.

3) Uma minoria (6,7%) acha que o futuro do índio está na maloca, com uma ressalva: deveriam ser criadas melhores condições de vida no interior. O governo teria que construir estradas, hospitais, escolas boas.

4) Quatro índios afirmaram que não são mais índios, que são brasileiros. Um chegou até a dizer que não é mais índio, mas que continua a ser Macuxi. Um outro se autodenominou "caboclo civilizado". Os brancos conseguiram o próprio objetivo: o índio pensa "espontaneamente" que é melhor ser como querem os conquistadores, renegando a própria condição de origem.

5) Deixamos por último o grupo de índios (17,3%) que não souberam o que responder. Não sabiam o que falar, não podiam imaginar os índios como um grupo na cidade. Cada um enxergava somente o próprio pequeno mundo, feito de exploração e luta pela sobrevivência. Não dá para pensar no futuro. Já é um milagre poder chegar ao fim do dia.

Anotamos também que é mais comum entre os índios que freqüentam as escolas a vontade de virar "civilizados". A escola e seus conteúdos exerce uma influência enorme sobre essa mentalidade. Civilizar-se, para não ser somente um "bicho", para não ser sempre considerado pessoa inferior. A cultura produzida na escola dos brancos é a "verdadeira" cultura. Esses indígenas afirmaram quase explicitamente que se alguém quiser conseguir um espaço na vida, ser como os brancos, tem que entrar nessa cultura, através dos estudos, da escola, da assimilação de todos os padrões sociais. Assim, quanto mais um jovem, que vem do interior, aceita esses valores e assume essas idéias, mais chances terá de conquistar um lugar na sociedade dos "civilizado".

Os índios que vivem há muito tempo aqui são "civilizados" e vivem bastante bem. Aqueles que chegam agora do interior são sujos e preguiçosos e não desejam trabalhar.

Essa é a visão de uma Wapixana de 63 anos, com 22 anos de cidade.

Os índios vivem dispersos na cidade, em bairros da periferia, afastados entre si. A cidade é para eles um mundo difícil, problemático, mas ao mesmo tempo atraente e cheio de ilusões. Eles se sentem isolados, sozinhos, sabem que ninguém, até agora, levantou a voz em favor deles. A desconfiança existe até entre os próprios índios, como explica um Wapixana de 43 anos de idade:

O índio deve estudar e melhorar a própria existência. Só que já aconteceu do próprio índio se vender aos brancos com a ilusão de ganhar dinheiro. Existem índios deputados, senadores, mas até agora ficaram do lado dos brancos e logo se esqueceram dos parentes, como aconteceu com o Mário Juruna.

Parece que os índios da cidade não entendem ou não acreditam na importância das organizações indígenas. Por isso, até agora, não apoiaram abertamente as entidades indígenas que já existem e que lutam em favor do reconhecimento de seus direitos. A opinião sobre os políticos é a pior possível. São quase sempre considerados mentirosos, corruptos e sem vontade de fazer alguma coisa em favor do povo (60,6% dos entrevistados pensa assim).

Para entendermos a questão política, achamos necessário nos referirmos à recente candidatura indígena de Enilton André da Silva, professor Wapixana e conselheiro do CIR, que está concorrendo às eleições neste ano de 1990. Depois de um intenso debate entre os membros do CIR sobre a possibilidade da participação política nas primeiras eleições do estado, os índios decidiram lançar um candidato próprio para deputado estadual. A candidatura de Enilton quebra a hegemonia branca nas questões políticas e resgata as precedentes — e raras — candidaturas indígenas que até agora não deram certo em Roraima.

É pouco provável que Enilton consiga se eleger, mas o mais importante é que a candidatura nasceu por uma decisão coletiva. A novidade está, também, no apelo do próprio Enilton aos índios que moram na cidade. Pela primeira vez, os índios da cidade tomam parte de um projeto político indígena. Transcrevemos abaixo um pronunciamento de Enilton no lançamento de sua candidatura:

Em vista da atual situação em que vivem os povos indígenas de Roraima, sofrendo agressões, prisões arbitrárias, espancamentos e outros, não só nas aldeias, mas também na cidade, como é do conhecimento de vocês, parentes, eu, Enilton André da Silva, índio Wapixana da maloca Truarú, região do Taiano, resolvi lhes informar sobre a minha candidatura a deputado estadual para concorrer a uma vaga na Assembléia Legislativa de Roraima, com os seguintes objetivos:

1. Defender os direitos e interesses dos povos indígenas, tanto dos índios das aldeias como dos índios da cidade.
2. Contra a discriminação existente na cidade no que diz respeito a índios que residem na mesma e têm seus direitos violados pela sociedade branca.

A candidatura tem como finalidade demonstrar à sociedade branca que não somos inferiores a eles, que o índio tem capaci-

dade de dirigir qualquer setor público, tem capacidade de exercer qualquer cargo público.

Então, parentes, vamos unir nossas forças para romper essa discriminação, eleger um candidato índio que sabe muito bem dos sofrimentos dos índios, na cidade e nas aldeias, que precisam ter seus direitos reconhecidos e respeitados. E isso só será feito se elegermos um candidato índio que sofre igualmente com vocês, parentes.

Consciente de que vocês não irão eleger candidatos que não tenham nenhum compromisso com a causa indígena e que ajudem ainda mais a massacrar o índio, fico por aqui.

Até o próximo informe.

Enilton André da Silva — candidato/PT

Boa Vista, 10 de abril de 1990

Em qualquer lugar de Boa Vista encontramos índios que vieram das malocas do interior. Nas casas dos brancos, as mulheres índias trabalham de maneira humilhante, sendo exploradas, beirando a escravidão. Nos hospitais ou nos postos de saúde, os índios doentes não recebem atendimento médico adequado, sendo praticamente jogados fora. Nos bairros pobres e esquecidos pelas autoridades, sofrem a falta de infra-estrutura. Na penitenciária, os encontramos presos e, muitas vezes, inocentemente, só porque defenderam a própria terra ou a própria moradia. O “tratamento especial”, a que têm direito, são as pancadas e humilhações dos carcereiros.

Nos canteiros de obras, os jovens indígenas são explorados por um salário miserável para construir casas e edifícios onde talvez nunca entrarão. Nas praças e ruas da cidade, varrem e limpam a sujeira dos “civilizados”. Na escola são marginalizados muitas vezes até pelos professores. Na boate, a prostituta índia bebe para não pensar em sua vida, sem sentido e sem esperança.

Esses são apenas alguns aspectos de uma realidade feita de discriminação e exploração.

A situação indígena em Boa Vista é um grave problema e a sociedade brasileira manteve a submissão dos índios pelo poder da força. Muitos anos de dominação não se apagam em pouco tempo, nem se pode pretender deles uma grande consciência de seus próprios direitos. O mais dramático é o fato de se ter conseguido entrar “dentro” deles. Mexer em sua identidade, em sua consciência de povos, diferentes mas dignos, em sua convicção de ser gente.

Se puderem um dia ter um futuro, sair da condição de exploração e inferioridade em que se encontram, será justamente a partir do reconhecimento de sua própria identidade, de sua força como homens e mulheres e da valorização do direito à diversidade de culturas. E isso não apenas enquanto afirmação teórica, mas como realidade muito concreta e forte.

A prova disso é que entre 150 pessoas entrevistadas, apenas três não se reconheceram mais índios. Todos os demais tinham ainda uma consciência étnica.

Ajudá-los a reconstruir a consciência da própria identidade étnica poderia ser uma das primeiras pistas para futuros trabalhos. Qualquer colaboração deveria ser feita em conjunto. Muitos têm consciência desse desafio, como nos confidenciou um tuxaua de uma maloca do interior:

A cidade separa, divide. Os índios da cidade não estão fazendo um caminho comunitário. Aqui os parentes não têm capacidade de se organizar.

Será mesmo impossível pensar na organização e na união dos índios da cidade? Cremos que é preciso haver idéias e vontade para se encontrar soluções a esse desafio. Alguma coisa já está nascendo. Na Casa de Apoio, lugar de trânsito dos índios que vem do interior para passar alguns dias em Boa Vista, os índios da cidade estão se encontrando a cada dois meses.

O objetivo desses encontros é criar uma rede de ligações com os parentes que ainda moram no interior, para melhor conhecer sofrimentos e lutas. Além disso, se dá particular importância ao entrosamento entre os índios da cidade. Os participantes podem conversar, falar de seus problemas comuns e das próprias condições de vida na cidade. Voltam a reencontrar seus parentes de sangue — e não apenas “parentes” no sentido indígena — e falar sem constrangimento depois de anos de silêncio.

Aos poucos, descobrem novas formas, novos caminhos para dar força aos índios que moram na cidade através da organização e da luta. Enfim, reencontram a dignidade de ser índios, ou melhor, de ser Macuxi, Wapixana, Taurepang, Ingarikó.

Anexo

Ficha “Imigração indígena na cidade de Boa Vista”

Dados gerais

- 1.1. Origem da família — maloca
- 1.2. Sexo
- 1.3. Nome
- 1.4. Idade
- 1.5. Filiação
- 1.6. Situação familiar (casado, solteiro)
- 1.7. Filhos (número, idade)
- 1.8. Tempo de permanência na cidade
- 1.9. Trabalho do entrevistado
- 1.10. Trabalho da entrevistada
- 1.11. Trabalho dos filhos
- 1.12. Casado(a) com índio(a)
- 1.13. Escolaridade
- 1.14. Outros familiares

Dados específicos

- 2.1. Por que saíram da maloca?
- 2.2. Que esperavam encontrar na cidade?

- 2.3. Encontraram o que esperavam?
- 2.4. Conhecem outros índios da mesma maloca de origem? São parentes? Encontram-se?
- 2.5.1. Relação com a comunidade de origem. Fazem visitas a parentes?
- 2.5.2. Aos amigos?
- 2.5.3. Trazem comida? (relação econômica)
- 2.6.1. Continuam a falar a língua agora?
- 2.6.2. Quando voltam à maloca?
- 2.7. Participam de alguma igreja?
- 2.8. Como vivem aqui, são felizes?
- 2.9. Que perspectivas têm para o futuro?
- 2.10. Pensam em voltar um dia à própria maloca?
- 2.11. Para os filhos é melhor a vida da maloca ou a da cidade?
- 2.12. Pensam que os filhos se adaptaram bem à cidade?
- 2.13. Gostaria que seus filhos voltassem a viver na maloca?
- 2.14. Como vivem os parentes nas malocas? Têm problemas? Como é a situação geral?
- 2.15.1. Como foi o relacionamento com o branco na maloca?
- 2.15.2. E agora na cidade?
- 2.16. Relacionamento com a polícia.
- 2.17. Relacionamento com os políticos.
- 2.18. Quais as perspectivas para o índio que mora na cidade?

Bibliografia

Os dados provenientes da pesquisa em campo foram completados por outras fontes, como artigos recentes de jornais. Em relação à política indigenista oficial foram usados jornais e revistas de circulação nacional, como *Folha de S. Paulo*, *Veja* etc. Para a política local e fatos mais específicos foram utilizados artigos de *A Crítica de Manaus* e a *Folha de Boa Vista*, *O Jornal* etc. de Boa Vista. A maior parte desse material se encontra no Centro de Documentação "Espaço Indigenista", atualmente integrado ao Conselho Indígena de Roraima (CIR).

Outros textos consultados

- AMODIO, E. & PIRA, V. *Indios sterminio o resistencia: la questione indigena in Brasile*. Bologna, Ed. Asal, 1981.
- . "Escuelas y cambio cultural entre los Makuxi del Brasil" in *Escuelas y culturas indigenas en América Latina*, Emamuele Amodio (recompilador). Quito, Ed. Abya-Yala, 1987. (Tom II)
- CIMI-CNBB. *Em defesa do povo Yanomami*. Brasília, 1988.
- FARAGE, N. *Violação dos direitos indígenas no nordeste de Roraima: casos recentes*. 1989. (manuscrito).

- FERREIRA DE SOUZA, A. *Noções de geografia e história de Roraima*. Manaus, 1969.
- KOCH-GRUNBERG, T. *Del Roraima al Orinoco*. Caracas, Ed. Banco Central de Venezuela, 1981. (3 vol.; 1ª ed. 1911-1913)
- MAGALHÃES, D. de. *Roraima: informações históricas*. Rio de Janeiro, 1986.
- MAREWA (Movimento de Apoio à Resistência Waimiri-Atroari). *Balbina: ameaça e destruição na Amazônia*. Manaus, 1987.
- MIGLIAZZA, E. "Grupos lingüísticos do Território Federal de Roraima" em *Atos do Simpósio sobre a Biota Amazônica*, Rio de Janeiro, 1967. pp. 153-173 (vol. 2, Antropologia)
- MONTEIRO, M. E. *Relatório referente aos grupos indígenas Macuxi e Wapixana*. Rio de Janeiro, Funai, 1969.
- PIRA, V. *Roraima Indígena. A luta de um povo para sobreviver*. Boa Vista, Prelazia de Roraima, 1978. (mimeo.)
- RICE, A. H. "Expedição ao Rio Branco, Uraricoera e Parima 1924/1925" in *Anais da Comissão Especial do Plano de Valorização Econômica da Amazônia*. 1949. (vol. 3)

“Aqui em Boa Vista não tem terra. Aliás, tem, mas não é distribuída. Onde o índio pode ir para caçar, para fazer uma roça grande? Aqui tudo é proibido. Eu vejo os brancos sofrerem na cidade. Tudo é muito caro, faltam as coisas, falta comida. Todo mundo é triste... É muito melhor que o índio fique no mato. Lá pode viver livre. No mato não precisa comprar carne. Não precisa pedir esmola. É melhor que a gente trabalhe em nossas comunidades. É muito melhor. Queremos viver sozinhos porque o nosso costume é diferente. Aqui não tem um trabalho bom pra nós. O governo não tem trabalho para os índios. Então, aqui passamos fome. Vamos virar ladrões ou escravos dos brancos. Vamos ver nossos índios dormindo e comendo nas ruas.”

Davi Kopenawa Yanomami